

ATENÇÃO EMPRESAS LICITANTES

REF: EDITAL Nº 024/2012 DE TOMADA DE PREÇOS – CESAN

Atendendo aos pedidos de empresas interessadas em participar da licitação referenciada, estamos encaminhando, anexos a este, os Balaços Patrimoniais Relativos aos exercícios dos anos de 2008, 2009 e 2010.

Atenciosamente,


Cont. Hélio de Sousa
Presidente da CPL em Exercício

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, a Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN apresenta o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e Pareceres do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Auditoria Independente, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 e 2008.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	2009	2008	PASSIVO	2009	2008
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalente de caixa (nota 4)	17.223	8.892	Fornecedores (nota 9)	67.708	32.406
Aplicações financeiras (nota 5)	26.817	29.269	Financiamentos (nota 10)	16.877	10.301
Créditos e contas a receber de usuários (nota 6)	77.409	62.671	Juros sobre capital próprio (nota 17)	22.981	20.981
Estoques de materiais	3.601	4.861	Participação de empregados (nota 17)	6.140	5.407
Adiantamento a empregados	3.247	3.655	Contribuições para FAECS (nota 14)	5.139	5.139
Impostos a recuperar (nota 7)	5.893	1.487	Impostos e contribuições a recolher (nota 11)	11.975	9.468
Outros créditos a receber	382	2.928	Provisão para férias e encargos	11.699	10.780
Total do ativo circulante	134.572	113.763	Provisão para contingências (nota 12)	596	1.568
			Outras contas a pagar	2.110	1.652
NÃO CIRCULANTE			Total do passivo circulante	145.225	97.702
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			NÃO CIRCULANTE		
Créditos e contas a receber de usuários (nota 6)	5.291	6.918	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Depósitos judiciais (nota 12)	15.101	9.721	Financiamentos (nota 10)	113.611	68.554
Impostos a recuperar (nota 7)	454	1.293	Impostos e contribuições a recolher (nota 13)	130.938	125.229
Impostos diferidos (nota 7 e 21)	21.122	26.383	Provisão para contingências (nota 12)	13.956	13.956
	41.968	44.315	Contribuições para FAECS (nota 14)	36.295	53.008
PERMANENTE			Créditos de acionistas (nota 15)	199.294	125.208
Investimentos	1.373.023	1.130.794	Outras contas a pagar	1.948	—
Imobilizado (nota 8)	95	95	Total do passivo não circulante	496.042	385.955
Intangível (nota 8)	25.834	24.706	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Total do ativo não circulante	1.347.189	1.106.088	Capital social (nota 17)	724.210	598.711
	1.373.118	1.130.889	Reserva legal (nota 17)	8.837	6.203
Total do ativo	1.415.086	1.175.204	Reserva de investimentos (nota 17)	41.203	44.629
			Reserva de reavaliação (nota 17)	134.141	155.767
			Total do patrimônio líquido	908.391	805.310
TOTAL DO ATIVO	1.549.658	1.288.967	TOTAL DO PASSIVO	1.549.658	1.288.967

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2009	2008		2009	2008
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS			LUCRO OPERACIONAL	32.165	41.923
Serviço de abastecimento de água	345.656	320.029	ITEM EXTRAORDINÁRIO		
Serviço de esgoto	60.377	52.155	(Ajuste de ganho ou perda atuarial) - (nota 14)	11.144	(11.464)
	406.033	372.184	RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES	43.309	30.459
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			Provisão para contribuição social (nota 21)	(2.309)	(644)
PASEP	(4.052)	(3.948)	Provisão para imposto de renda (nota 21)	(5.189)	(1.581)
COFINS	(18.623)	(18.183)	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS	35.811	28.234
	(22.675)	(22.131)	Participação dos empregados (nota 17)	(6.140)	(5.407)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS (nota 18)	383.358	350.053	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	29.671	22.827
Custos dos serviços de abastecimento de água	(118.956)	(105.213)	Reversão dos juros sobre capital próprio (nota 17)	23.000	21.000
Custos dos serviços de esgoto	(46.197)	(42.074)	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	52.671	43.827
Custos administrativos dos serviços de água e esgoto	(31.410)	(29.309)	LUCRO POR GRUPO DE 1.000 MIL AÇÕES	0,07	0,06
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS (nota 19)	(196.563)	(176.596)			
LUCRO BRUTO	186.795	173.457			
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas comerciais (nota 20)	(47.423)	(29.578)			
Despesas administrativas	(73.035)	(62.673)			
Despesas financeiras e fiscais	(17.757)	(21.942)			
Juros sobre capital próprio (nota 17)	(23.000)	(21.000)			
Variação cambial	4.227	(3.035)			
Outras receitas operacionais	2.358	6.694			
	(154.630)	(131.534)			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

R\$ 1 bilhão investidos nos sistemas de água e esgoto até 2010

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva de Investimentos	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	549.665	13.129	160.881	18.862	4.012	-	746.549
Absorção da reserva de investimentos	18.862	-	-	(18.862)	-	-	-
Absorção da reserva de capital	13.129	(13.129)	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	17.055	-	-	-	-	-	17.055
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(7.749)	-	-	7.749	-
Reversão da provisão para imposto de renda e contribuição social sobre a reserva de reavaliação	-	-	2.635	-	-	(2.635)	-
Constituição de IR/CSLL Difendos	-	-	-	-	-	21.532	21.532
Ajustes decorrentes da Lei nº 11.638/2007	-	-	-	-	-	(2.653)	(2.653)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	43.827	43.827
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	2.191	(2.191)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(21.000)	(21.000)
Constituição da reserva de investimento	-	-	-	44.629	-	(44.629)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	598.711	-	155.767	44.629	6.203	-	805.310
Absorção da reserva de investimentos	44.629	-	-	(44.629)	-	-	-
Aumento de capital social	80.870	-	-	-	-	-	80.870
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(16.812)	-	-	16.812	-
Reversão da provisão para imposto de renda e contribuição social sobre a reserva de reavaliação	-	-	2.646	-	-	(2.646)	-
Impostos incidentes sobre reavaliação	-	-	(7.460)	-	-	-	(7.460)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	52.671	52.671
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	2.634	(2.634)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(23.000)	(23.000)
Constituição da reserva de investimento	-	-	-	41.203	-	(41.203)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	724.210	-	134.141	41.203	8.837	-	908.391

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 (INFORMAÇÃO ADICIONAL)

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2009	2008		2009	2008
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO			VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receita dos serviços de abastecimento de água e esgoto	406.033	372.184	Dividendos de investimentos avaliados ao custo	26	64
Outras receitas	2.198	5.489	Receitas financeiras e variações monetárias ativas	9.536	8.070
Provisão para devedores duvidosos (reversão)	-	1.157	Aluguéis	108	122
Provisões diversas	6.905	(3.310)		9.670	8.256
	415.136	375.520	VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	209.894	201.461
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Materiais consumidos	(17.240)	(14.249)	Empregados		
Serviços consumidos e outros custos	(91.946)	(82.681)	Salários e encargos	77.896	67.500
Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(62.531)	(44.932)	Participação dos empregados nos lucros	6.140	5.407
	(171.717)	(141.862)	Planos de aposentadoria e pensão	3.178	3.010
RETENÇÕES			Assistência médica e odontológica	4.630	4.248
Depreciação e amortização	(43.195)	(40.453)		91.844	80.165
	(43.195)	(40.453)	Governo	44.626	47.805
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	200.224	193.205	Financiadores	20.753	29.684
			Acionistas	23.000	21.000
			Lucros retidos	29.671	22.827
				209.894	201.461

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2009	2008		2009	2008
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES			RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	52.671	43.827		107.255	85.522
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:			FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Depreciação e amortização	43.195	40.453	Baixas de investimentos	-	31
Participações de empregados	6.140	5.408	Recebimento de venda do imobilizado	611	1.009
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.450	(7.365)	Adições ao ativo permanente	(288.344)	(201.975)
Variações monetárias e cambiais líquidas dos ativos e passivos	(4.227)	3.035	RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Lucro na alienação de imobilizado	(291)	(717)		(287.733)	(200.935)
Ajuste a valor presente	-	(354)	FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Baixas do ativo intangível	2.602	2.003	Empréstimos captados a longo prazo	55.860	20.817
Ajuste leasing	-	(268)	Juros sobre capital próprio	(130)	(113)
	103.540	86.022	Participação de empregados	(5.407)	(2.600)
Redução (aumento) nos ativos:			Aumento de capital	60.000	-
Contas a receber de clientes	(13.111)	(12.222)	Subvenções para investimentos	1.948	-
Estoques de materiais	1.260	(1.134)	Entrada de recursos para futuro aumento de capital	74.086	91.602
Despesas antecipadas	408	(684)	RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Impostos a recuperar	1.694	2.553		186.357	109.706
Outros	(2.834)	1.886	Aumento (redução) no caixa e equivalentes	5.879	(5.707)
	(12.583)	(9.601)	Disponibilidades no início do exercício	38.161	43.868
Aumento (redução) nos passivos:			Disponibilidades no final do exercício	44.040	38.161
Fornecedores de materiais e serviços	35.302	1.816	Aumento (redução) no caixa e equivalentes	5.879	(5.707)
Salários, férias e encargos sociais	919	486			
Impostos e contribuições	(2.695)	2.944			
Contribuições a FAECES	(16.713)	5.752			
Provisão para contingências	(972)	(2.018)			
Outros	457	121			
	16.298	9.101			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN é uma sociedade fechada, autorizada pelas Leis Estaduais nº 2.282, de 8 de fevereiro de 1967, nº 2.295, de 13 de julho de 1967, e nº 4.809, de 20 de setembro de 1993, que tem por objetivo social a realização de estudos, projetos, construção, operação e exploração industrial dos serviços de abastecimento de água e esgoto sanitário, bem como de qualquer outra atividade afim no Estado do Espírito Santo.

As empresas de saneamento básico têm gestão sujeita às decisões de cada Governo Estadual, por estarem inseridas na política macroeconômica do Governo, e suas tarifas sob condução da Agência Estadual Reguladora - ARS por meio de comissões específicas.

As atividades da CESAN abrangem 52 municípios do Estado do Espírito Santo, para execução e exploração de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, mercenário destaque as dez maiores concessões de água e esgoto das quais a Companhia é detentora:

Concessões de água			Concessões de esgoto		
Localidade	N.º de ligações		Localidade	N.º de ligações	
	2009	2008		2009	2008
Serra	99.690	96.521	Serra	39.526	38.231
Vila Velha	86.368	83.063	Vitória	19.045	18.911
Cariacica	82.657	80.107	Cariacica	13.668	12.448
Vitória	54.605	53.846	Vila Velha	8.457	7.620
Guarapari	26.584	25.650	Guarapari	5.881	5.292
Viana	13.963	13.374	Castelo	5.038	4.874
Nova Venécia	8.922	8.721	Viana	5.101	4.710
Conceição da Barra	8.199	7.993	Prúma	3.783	3.636
Prúma	8.082	7.562	São Gabriel da Palha	3.175	3.064
Barra de São Francisco	8.071	7.972	Venda Nova do Imigrante	2.544	2.441

A CESAN, em linha com a política do Governo do Estado do Espírito Santo, seu acionista controlador que tem como uma de suas metas priorizar o social, vem desenvolvendo programas de investimentos para expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

No exercício de 2009, foram investidos aproximadamente R\$288.344 (R\$201.975 em 2008) em projetos dessa natureza.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram preparadas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07, nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelos órgãos reguladores.

As demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 estão apresentadas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, o que possibilita a comparabilidade dos valores patrimoniais entre os exercícios.

O processo de elaboração das demonstrações contábeis envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a análise da recuperabilidade do ativo imobilizado nas operações, assim como da análise de demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos na data do balanço.

Com o objetivo de aprimorar as informações prestadas, a Companhia apresenta como informação adicional a Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

A DVA tem por objetivo a apresentação de informações econômicas referentes à criação de riqueza (agregação de valores) pela Companhia e a distribuição dessa riqueza pelos fatores que contribuíram para sua criação.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência do exercício.

Vitória, já no ano que vem, será a 1ª capital do país com 100% do esgoto tratado

As receitas decorrentes do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário, correspondentes ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, são estimadas e reconhecidas como receita não faturada.

b. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescidas de rendimentos apropriados pro rata temporis até a data do balanço.

c. Contas a receber de clientes

Refere-se às contas de créditos com os usuários pelo fornecimento de água e pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário e demais serviços correlatos. Incluem, também, créditos por fornecimentos prestados e não faturados até a data do balanço para atendimento ao princípio de reconhecimento de receita.

d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir potenciais perdas nas contas a receber. Contas a receber de valores até R\$5 mil são consideradas perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixadas contra o resultado na rubrica "Despesas comerciais".

e. Estoques de materiais

Os estoques de materiais, destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto, são demonstrados ao custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante. Aqueles destinados a projetos são classificados no imobilizado.

f. Passivo atuarial

A Companhia patrocina plano de previdência privada administrado pela Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES, entidade fechada de previdência complementar. O objetivo do plano é complementar os benefícios concedidos pela Previdência Oficial, por meio do recebimento de contribuições individuais dos participantes (empregados) e da patrocinadora CESAN.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes, sendo a última efetuada para a data-base de 31 de dezembro de 2009.

g. Empréstimos e financiamentos

São atualizados com base nas variações monetárias e cambiais, acrescidos dos respectivos encargos até a data do encerramento do exercício.

h. Salários e encargos sociais

Os salários, provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares quando negociados em acordos coletivos de trabalho, com os encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

i. Provisão para contingências

Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia constitui provisão para contingências, nos montantes considerados necessários para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho desfavorável de processos trabalhistas, tributários, cíveis e ambientais, os quais estão em andamento.

j. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescido de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 mil anuais.

A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, por meio da aplicação da alíquota de 9%.

k. Demais ativos e passivos circulantes e a longo prazo

Os ativos circulantes, quando aplicáveis, são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. Os passivos circulantes e a longo prazo, quando aplicáveis, incluem os encargos incorridos até a data do balanço.

4. DISPONIBILIDADES

As disponibilidades estão demonstradas como segue:

	2009	2008
Caixa	274	103
Bancos - conta movimento	16.949	8.789
Total	17.223	8.892

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações de renda fixa (certificados de depósito bancário), cuja intenção é a sua manutenção até o prazo de vencimento do certificado. Os saldos estão assim demonstrados:

	2009	2008
Banestes	17.128	13.811
Banco do Brasil	4.950	1.219
Banco Real	6	5
Caixa Econômica Federal	4.733	14.234
Total	26.817	29.269

6. CRÉDITOS E CONTAS A RECEBER DE USUÁRIOS

	2009			2008		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Valores a receber de usuários	69.460	5.291	74.751	55.466	8.473	63.939
Consumo não faturado	16.748	-	16.748	14.455	-	14.455
Arrecadação a discriminar	(1.543)	-	(1.543)	(774)	-	(774)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.256)	-	(7.256)	(6.362)	-	(6.362)
(-) Ajuste a valor presente	-	-	-	(114)	(1.555)	(1.669)
Total	77.409	5.291	82.700	62.671	6.918	69.589

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	2009	2008
Valores faturados		
A vencer (circulante + realizável a longo prazo)	26.345	21.907
Vencidos até 30 dias	11.534	10.150
Vencidos de 31 a 60 dias	6.438	5.704
Vencidos de 61 a 90 dias	3.741	3.549
Vencidos de 91 a 120 dias	3.260	2.929
Vencidos de 121 a 150 dias	3.063	2.507
Vencidos de 151 a 180 dias	2.717	2.182
Vencidos acima de 180 dias	5.372	4.403
Total	62.470	53.331
Parcelamentos a vencer	12.281	10.608
Total	74.751	63.939

Além do montante da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a Companhia contabilizou R\$23.006 em perdas na realização de créditos a receber, debitados diretamente ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, na rubrica de perdas no recebimento de tarifas. Em 2008, essas perdas foram de R\$15.560. Tais valores podem ser detalhados como segue:

	2009	2008
Baixa direta de valores até R\$5.000	29.502	23.228
Reversão de perdas no recebimento das tarifas	(6.706)	(7.573)
Perdas de R\$5.000 a R\$30.000	326	110
Recebimento de perdas de R\$5.000 a R\$30.000	(116)	(205)
Total	23.006	15.560

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

7.1. Circulante

Os impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	2009	2008
Imposto de renda antecipado (a)	3.964	789
Contribuição Social (a)	1.531	293
COFINS antecipado Lei nº 9.430/96	215	243
PASEP Lei nº 9.430/96	142	125
Contribuições previdenciárias	41	37
Total	5.893	1.487

(a) Os valores de imposto de renda e contribuição social antecipados referem-se à apuração anual demonstrada na nota explicativa nº 21.

7.2. Não Circulante

	2009	2008
Imposto de renda	334	951
Contribuição social	120	342
	454	1.293
IR e CSLL sobre adições temporárias	21.122	26.383
	21.122	26.383
Total	21.576	27.676

Os valores de Imposto de Renda e à Contribuição Social reconhecidos no ativo não circulante correspondem ao saldo do ajuste de avaliação patrimonial, decorrente da adoção inicial da Lei nº 11.638/2007 no exercício de 2008. Além disso, a Companhia registra o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, que serão reconhecidos na base de 30% do lucro real e da base de cálculo da contribuição social a ser apurado pela Companhia.

8. IMOBILIZADO

8.1. Composição dos saldos

Tangível

Em operação	Taxas anuais de amortização %	2009		2008	
		Custo	Depreciação acumulada	Total líquido	Total líquido
Terrenos.....	—	3.740	—	3.740	3.740
Edificações e estruturas.....	4	12.640	(4.253)	8.387	8.665
Móveis e utensílios.....	10	4.946	(2.222)	2.724	2.359
Veículos Equip. Transportes.....	20	10.778	(5.327)	5.451	4.816
Máquinas e Equipamentos.....	10	4.892	(2.532)	2.360	2.567
Equipamentos - laboratório.....	10	645	(334)	311	366
Computadores e periféricos.....	20	6.254	(3.395)	2.859	2.190
ETA.....	4	4	(2)	2	3
Total.....		43.899	(18.065)	25.834	24.706

Intangível

Em operação	Taxas anuais de amortização %	2009		2008	
		Custo	Depreciação acumulada	Total líquido	Total líquido
Terrenos.....	—	25.652	—	25.652	24.903
Barragens/tomadas.....	4	26.268	(10.079)	16.189	14.737
Edificações e estruturas.....	4	2.770	(835)	1.935	2.046
Estações de bombas.....	4	40.536	(11.983)	28.553	29.788
Reservatórios.....	4	45.878	(19.334)	26.544	27.426
ETE.....	4	104.452	(29.915)	74.537	78.414
Tubulações.....	2	604.044	(167.107)	436.937	428.148
Linhas de transmissão.....	5	8	(3)	5	5
Ligações prediais.....	2	116.720	(32.288)	84.432	79.725
Móveis e utensílios.....	10	994	(925)	69	76
Veículos Equip. Transportes.....	20	2.447	(2.308)	139	1
Hidrômetros.....	10	44.474	(17.254)	27.220	23.748
Máquinas e Equipamentos.....	10	104.706	(56.406)	48.300	54.502
Equipamentos - laboratório.....	10	3.107	(1.926)	1.181	1.243
Computadores e periféricos.....	20	1.332	(1.294)	38	44
ETA.....	4	54.005	(15.105)	38.900	34.191
Softwares.....	—	20.693	(1.780)	18.913	3.962
Contratos de concessão.....	—	24.622	(450)	24.172	16.987
Total.....		1.222.708	(368.992)	853.716	819.946
Em andamento					
Projeto Águas Limpas (a).....		319.135	—	319.135	169.486
Pró-rural (b).....		266	—	266	1.010
Convênios a receber (c).....		4.555	—	4.555	12.294
Almoxarifado para obras (d).....		34.871	—	34.871	27.747
Obras diversas (e).....		134.646	—	134.646	75.605
Total.....		493.473	—	493.473	286.142
Total.....		1.716.181	(368.992)	1.347.189	1.106.088

(a) O Projeto Águas Limpas está inserido no contexto do Programa de Saneamento e Meio Ambiente do Estado do Espírito Santo, com ênfase na melhoria da qualidade e da quantidade da água para abastecimento da população. A primeira etapa da execução do Projeto Águas Limpas abrange todos os 7 (sete) municípios que compõem a Região Metropolitana de Vitória e abrangem 52% da população urbana do Estado do Espírito Santo. Existem ações de fortalecimento institucional dos órgãos envolvidos com o setor de saneamento e com a gestão dos Recursos Hídricos, para assegurar a sustentabilidade dos investimentos e de seus benefícios ao longo do tempo.

(b) Refere-se a investimentos em sistema de abastecimento de água e esgoto em comunidades de pequeno porte, no interior do Estado.

(c) Convênios firmados com prefeituras do interior, objetivando a execução dos sistemas de água e esgoto.

(d) Materiais adquiridos para utilização nas diversas obras a serem realizadas pela Companhia.

(e) Obras em andamento destinadas ao aumento da capacidade de produção para atender à demanda dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Os sistemas são explorados de acordo com os contratos de concessão com os municípios, cujos prazos de concessão são de 25 anos ou 30 anos. Findos os prazos, os contratos podem ser renovados ou não.

No caso de não renovação, o valor residual de ativos será indenizado à Companhia. Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não tinha conhecimento de nenhuma intenção por parte dos municípios de interromper os referidos contratos de concessão.

8.2. Movimentação dos saldos do ativo tangível e intangível

Em operação	31/12/2008	Adições	Baixas	31/12/2009
Terrenos.....	28.643	750	—	29.393
Barragens/tomadas.....	23.853	2.415	—	26.268
Edificações e estruturas.....	15.188	222	—	15.410
Estações de bombas.....	40.166	490	(120)	40.536
Reservatórios.....	44.959	919	—	45.878
ETE.....	104.160	292	—	104.452
Tubulações.....	580.554	23.490	—	604.044
Linhas de transmissão.....	8	—	—	8
Ligações prediais.....	109.787	6.933	—	116.720
Móveis e utensílios.....	5.488	457	(5)	5.940
Veículos Equip. Transportes.....	10.648	2.635	(58)	13.225
Hidrômetros.....	37.852	6.622	—	44.474
Máquinas e Equipamentos.....	102.624	6.976	(2)	109.598
Equipamentos - laboratório.....	3.569	182	—	3.751
Computadores e periféricos.....	6.047	1.550	(12)	7.585
ETA.....	47.282	6.726	—	54.008
Total.....	1.160.828	60.659	(197)	1.221.290
Softwares.....	3.962	16.731	—	20.693
Contratos de concessão.....	16.987	7.635	—	24.622
Total.....	20.949	24.366	—	45.315
Em andamento				
Projeto Águas Limpas.....	177.548	141.587	—	319.135
Pró-rural.....	740	270	(743)	267
Convênios a receber.....	12.294	—	(7.739)	4.555
Almoxarifado para obras.....	27.747	7.124	—	34.871
Obras diversas.....	75.874	58.773	—	134.647
Total.....	294.203	207.754	(8.482)	493.475
Total.....	1.475.980	292.779	(8.679)	1.760.089

8.3. Reavaliação de bens do ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 1997 foi efetuada a reavaliação do ativo imobilizado, cuja finalidade principal foi ajustar a reavaliação realizada em 31 de dezembro de 1994, bem como redimensionar as aquisições realizadas entre 1º de janeiro de 1995 e 31 de dezembro de 1997.

A reavaliação atingiu o montante líquido de R\$369.516 mil, sendo contabilizada em 31 de dezembro de 1998 na conta do ativo imobilizado em contrapartida da conta de reserva de reavaliação.

Durante o exercício de 2009 foi realizado o montante de R\$5.138 mil líquido do imposto de renda e contribuição social (R\$5.114 em 2008). Esses valores foram considerados para fins de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

Os efeitos da depreciação no resultado do exercício são de R\$7.740 mil (R\$7.744 em 2008).

9. FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos da Companhia. Em 31 de dezembro os saldos estão assim demonstrados:

	2009	2008
Fornecedores de materiais.....	10.281	3.145
Fornecedores de serviços.....	25.630	22.616
Fornecedores - Projeto Águas Limpas.....	31.797	6.645
Total.....	67.708	32.406

10. FINANCIAMENTOS

Os financiamentos foram obtidos com as instituições financeiras e estão assim demonstrados:

	2009			2008		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Em moeda nacional						
BNDES (d).....	—	20.496	20.496	—	—	—
BNDES - Águas Limpas (d).....	—	9.929	9.929	—	—	—
Banco do Brasil.....	—	5	5	341	8	349
CEF - Águas Limpas (c).....	1.094	25.484	26.578	205	15.749	15.954
Caixa Econômica Federal (a).....	12.265	48.514	60.779	6.065	37.212	43.277
Total.....	13.359	104.428	117.787	6.611	52.969	59.580
Em moeda estrangeira						
Banco do Brasil - DMLP (b).....	1.015	8.298	9.313	1.390	12.357	13.747
Total.....	1.015	8.298	9.313	1.390	12.357	13.747
Leasing.....	2.503	885	3.388	2.300	3.228	5.528
Total.....	2.503	885	3.388	2.300	3.228	5.528
Total.....	16.877	113.611	130.488	10.301	68.554	78.855

Instalação de 1640 km de redes de esgoto

- (a) Caixa Econômica Federal: empréstimo em fase de retorno, financiado em 18 anos, com taxa de juros de 6% a.a. e vencimento em 20 de dezembro de 2011. Os pagamentos são efetuados mensalmente.
- (b) Banco do Brasil – DMLP: dívida em moeda estrangeira de médio e longo prazo, contraída com credores externos e transferida no ano de 1997 para o Tesouro Nacional, conforme determinam as Portarias MF nº 089/96 e nº 192/96. O último vencimento será no ano 2024.
- (c) Caixa Econômica Federal – Águas Limpas: empréstimo em fase de carência, financiado em 15 anos, com taxa de juros de 6,5% a.a. e 8% a.a.
- (d) BNDES: financiamento em fase de carência (até janeiro de 2011), com prazo estipulado para pagamento total em 24 anos (junho de 2023) sob vinculação de receita, com taxa de juros de 1,61% acrescido da TJLP vigente.

Os empréstimos estão garantidos por crédito de receitas próprias, títulos de cobrança, recebíveis e notas promissórias.

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os impostos e contribuições a recolher estão assim demonstrados:

	2009	2008
ISS	2.686	1.186
Contribuição social	123	143
Contribuições retidas na fonte	828	777
PASEP	315	228
COFINS	1.440	1.050
INSS	4.011	3.598
FGTS	567	531
Salário-educação	955	913
Outras retenções e contribuições	12	18
Imposto de renda	1.038	1.024
Total	11.975	9.468

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O critério adotado pela Companhia é de constituir provisão para ações consideradas como perdas prováveis.

12.1. Processos com probabilidade de perda provável

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A CESAN mantém provisão contábil julgada suficiente de acordo com a posição dos assessores jurídicos para fazer face a questões trabalhistas e cíveis nas quais a Companhia é ré. Essas provisões estão apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, da seguinte forma:

	Depósitos judiciais		Provisão para contingências	
	2009	2008	2009	2008
Cível (i)	–	–	775	775
Trabalhista (ii)	15.101	9.721	13.777	14.749
Total	15.101	9.721	15.524	15.524
Curto prazo	–	–	596	1.568
Longo prazo	15.101	9.721	13.956	13.956

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

- (i) A provisão cível refere-se ao processo movido por fornecedor da Companhia em 8 de fevereiro de 2002, decorrente do contrato de serviços operacionais existente entre as partes.
- (ii) As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, horas extras e outras verbas trabalhistas.

12.2. Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia discute outras ações para as quais tem expectativa de desfecho favorável. Para essas ações, não foi constituída provisão para fazer face a eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa.

Os processos em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

Natureza	2009	2008
Cível (i)	11.655	51
Trabalhista (ii)	14.306	23.628
Tributária (iii)	–	11.221
Total	25.186	34.900

Os detalhes sobre os processos com probabilidade de perda possível, são os seguintes:

- (i) Refere-se à ação de indenização por danos materiais e morais. O processo encontra-se em julgamento no Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

- (ii) As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, horas extras e outras verbas trabalhistas.
- (iii) Os valores referem-se à autuação de multa, fundamentada no fato de não ter incluído determinadas informações nas guias de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações e Previdência Social (GFIP) e aos valores pagos aos contribuintes individuais (autônomos).

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR DE LONGO PRAZO

	2009	2008
IRPJ (a)	40.565	38.696
INSS (b)	16.779	16.253
Salário-educação parcelado	2.218	3.015
IRPJ sobre reserva de reavaliação (c)	50.831	47.262
CSLL sobre reserva de reavaliação (c)	18.226	16.981
INSS parcelado	2.002	2.591
CSLL parcelada	317	431
Total	130.938	125.229

- (a) Em sentença de 18 de dezembro de 1997, revista e mantida pela Justiça Federal em 16 de janeiro de 1998, foi concedido à Companhia o benefício da Antecipação de Tutela para eximir-se do pagamento do Imposto de Renda derivado do lucro inflacionário, realizado anualmente a partir do ano-calendário de 1995. Como consequência, a Companhia deixou de recolher o referido imposto a partir daquele exercício, mantendo o valor apurado de aproximadamente R\$36.516 mil, registrado na conta de impostos e contribuições a recolher, no passivo exigível a longo prazo.
- (b) Os valores referem-se a autos de infração do INSS em decorrência de fiscalizações realizadas. A Companhia vem contestando administrativa e judicialmente os referidos autos.
- (c) Imposto de Renda e contribuição social sobre o resultado da reavaliação do ativo imobilizado, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.

14. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia patrocina plano de pensão para seus funcionários, o qual inclui planos de benefício definido e contribuição definida, administrados pela FAECES - Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN, entidade fechada de previdência complementar.

O objetivo do plano é complementar os benefícios concedidos pela Previdência Oficial, por meio do recebimento de contribuições individuais dos participantes (empregados) e da patrocinadora.

A Companhia assinou contrato de confissão de dívida, obrigando-se ao pagamento em 17 (dezesete) anos, contados a partir de janeiro de 2001, do valor referente ao tempo de serviço dos seus empregados, transcorrido anteriormente à criação da FAECES. Tal contrato foi averbado como tempo de contribuição efetiva, em conformidade com o que dispõe a Deliberação nº 1.812/94 aprovada pelo Conselho de Administração da CESAN em sua 514ª Reunião.

Em 17 de janeiro de 2008 foi assinado termo aditivo ao contrato de confissão de dívida com pacto adjecto de caução entre a CESAN e a FAECES, no qual é confessada a dívida de R\$51.394 mil que deverá ser paga em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas a partir de janeiro de 2008, vencendo a última em 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente ao valor da parcela a amortizar, a CESAN obriga-se a pagar mensalmente, sobre o saldo devedor, uma taxa de juros de 6% (seis por cento) ao ano, acrescida do INPC-IBGE do mês anterior ao mês de competência de cada parcela.

Conforme solicitado pela NPC 26 do Ibracon "Contabilização de Benefícios a Empregados", a Companhia avaliou, em 31 de dezembro de 2009, os Planos de Benefícios Previdenciários da FAECES, referentes aos planos por ela patrocinados. Os resultados dessa avaliação foram apurados por atuário independente, que emitiu parecer utilizando-se do método da unidade de crédito projetado.

Em relação às hipóteses atuariais biométricas, foi adotada a Tábua de Mortalidade Geral AT-83 com três anos de agravamento em substituição à Tábua AT-49. Os benefícios de aposentadoria e pensão foram avaliados adotando o Regime de Capitalização, na forma definida pelo Método de Crédito Unitário Projetado, e o Pecúlio Morte e o Resgate de Contribuição pelo Regime de Repartição Simples. O ônus decorrente da implantação da Tábua AT-83 foi absorvido pelo superávit acumulado existente, não existindo nenhuma transferência de custos para os participantes e patrocinador.

Apresenta-se, a seguir, a demonstração do número de participantes por tipo de plano:

	2009	2008
Participantes Ativos	1.245	971
	1.245	971
Participantes Assistidos:		
Aposentados	557	516
Pensionistas	113	111
Outros	7	19
	677	637
Total	1.922	1.608

Na qualidade de patrocinadora, a CESAN contribui com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes da FAECES de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios, sendo o percentual máximo de contribuição da Companhia limitado a 3,81%.

Já em 2011, a região metropolitana terá 60% do esgoto tratado. O dobro da média nacional

da folha de salários dos colaboradores. No exercício de 2009, a CESAN contribuiu com R\$3.178 mil (R\$3.010 mil em 2008).

Em 31 de dezembro, as obrigações da CESAN para com a FAECES estão assim demonstradas:

	2009	2008
Curto prazo.....	5.139	5.139
Longo prazo.....	36.295	53.008
Total.....	41.434	58.147

Conforme estabelecido pela Norma e Procedimentos de Contabilidade (NPC) nº 26, emitida pelo (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil) Ibracon, as obrigações relacionadas ao patrocínio de benefício pós-emprego (somente a parcela referente ao benefício definido do plano) devem ser quantificadas e reconhecidas pela Companhia em obediência ao regime de competência. Em atendimento à norma acima, a Companhia com base em laudo atuarial emitido por atuário independente contratado em processo de licitação pública reverteu no exercício corrente a obrigação de R\$ 11.144 com a FAECES.

15. CRÉDITOS DE ACIONISTAS

O saldo em 31 de dezembro está assim demonstrado:

	2009	2008
Créditos de acionistas.....	199.294	125.208
Total.....	199.294	125.208

Em 2005 iniciaram-se as obras do Projeto Águas Limpas com recursos próprios da CESAN e, em contrapartida, do Governo do Estado. O saldo registrado na rubrica de créditos de acionistas refere-se à contrapartida do Governo do Estado no referido projeto.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Além do saldo decorrente dos investimentos realizados pelo Governo do Estado no Projeto Águas Limpas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 18, as demais transações com partes relacionadas são decorrentes do fornecimento de água e dos serviços de esgotamento sanitário para os órgãos ligados à administração pública do Estado.

As operações com partes relacionadas são realizadas a preços e condições considerados pela Administração como compatíveis com os praticados no mercado.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1. Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2009, é de R\$724.210 mil, representado por 724.210.115 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$1,00 cada.

Acionistas	Quantidade de ações	%
Governo do Estado do Espírito Santo.....	523.492.922	72,29%
Agência de Desenvolvimento em Redes do Espírito Santo.....	194.462.150	26,85%
Minoritários.....	6.255.043	0,86%
Total.....	724.210.115	100,00%

17.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6404/76 e artigo 30 letra "a" do Estatuto Social da Companhia.

17.3. Dividendos

Os juros a pagar a acionistas, calculados nos termos da Lei nº 9.249/95, foram registrados no resultado do exercício, na rubrica "Despesas financeiras", conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações contábeis, os juros sobre o capital próprio estão apresentados a débito de lucros acumulados.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei e de seu Estatuto Social, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995 e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas e como remuneração do capital próprio.

Para atender a essa disposição estatutária, a Administração entende que os juros sobre capital próprio propostos cobrem o montante requerido, conforme demonstrado a seguir:

	2009	2008
Lucro líquido do exercício.....	52.671	43.827
Reserva legal (5%).....	(2.634)	(2.191)
Realização da reserva de reavaliação.....	14.167	5.114
Base de cálculo dos dividendos.....	64.204	46.750
Dividendos (25%).....	16.051	11.688
Juros sobre capital próprio.....	23.000	21.000
Imposto de renda retido na fonte.....	(21)	(20)
Valor líquido para distribuição.....	22.979	20.980

17.4. Reserva para investimentos

De acordo com o Estatuto da Companhia, aprovado em 24 de abril de 2005, em seu artigo 30, parágrafo 1º, letra "c", o lucro do exercício poderá ser destinado à constituição de reservas especiais a serem estabelecidas pela Assembleia Geral.

A Administração da Companhia destinou o montante de R\$41.203 para constituição de Reserva para Investimentos, para a execução de planos de investimentos no pressuposto de aprovação em Assembleia Geral.

A reserva para investimentos constituída no exercício de 2008, no montante de R\$44.629, foi destinada ao aumento do capital social da Companhia.

17.5. Remuneração dos empregados e administradores

De acordo com o que estabelece o artigo 3º do Decreto nº 95.524 de 21 de dezembro de 1977, foram computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos às seguintes remunerações mensais (base - dezembro de 2009) pagas aos empregados e administradores:

	2009
Maior remuneração - em reais.....	13.456
Menor remuneração - em reais.....	694

A Administração da Companhia, em consonância com o Estatuto Social, artigo 30 letra "d" do Estatuto Social da CESAN, distribui a seus empregados um percentual do lucro líquido do exercício, como participação dos empregados nos lucros da Companhia, intitulado GER - Gestão Estratégica por Resultados. O GER consiste num programa interno de avaliação de desempenho baseado na Lei nº 10.101/2000 e aprovado pela Deliberação nº 32/10/2006, que gera base para o valor da remuneração dos empregados. Em 2009, a base foi de 1,5 a 2 salários-base, respeitada a lotação e proporcionalidade mensal para os empregados admitidos e desligados no exercício de 2009.

A Companhia destinou, do resultado apurado em 31 de dezembro de 2009, o montante de R\$6.141 (R\$5.407 em 2008) para fazer face a esse compromisso.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Número de ligações		Valores em R\$mil	
	2009	2008	2009	2008
Fornecimento de água				
Residencial.....	476.551	461.217	228.104	201.784
Comercial.....	22.092	21.352	42.165	39.344
Industrial.....	1.265	1.299	43.466	47.007
Órgãos públicos.....	7.419	7.114	24.703	21.995
Outras receitas do fornecimento de água.....	-	-	7.218	9.899
Total.....	507.327	490.982	345.656	320.029
Serviços de esgotamento sanitário				
Residencial.....	114.126	109.032	48.453	41.986
Comercial.....	6.877	6.542	7.791	6.692
Industrial.....	513	545	1.218	1.132
Órgãos públicos.....	1.656	1.498	2.824	2.248
Outras receitas dos serviços de esgoto.....	-	-	91	97
Total.....	123.172	117.617	60.377	52.155
(-) Deduções da receita				
PASEP.....	-	-	(4.052)	(3.948)
COFINS.....	-	-	(18.623)	(18.183)
Total.....	-	-	(22.675)	(22.131)
Total.....	-	-	383.358	350.053

19. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Os custos incorridos com a prestação de serviços de água e esgoto podem ser assim demonstrados:

	2009	2008
Sistema de abastecimento de água		
Captação.....	22.192	21.567
Tratamento.....	16.786	12.578
Sistema de abastecimento de água cat. "B".....	3.012	2.552
Sistema de distribuição de água cat. "B e C".....	45.234	38.285
Sistema de distribuição de água cat. "A".....	31.732	30.231
Total.....	118.956	105.213
Sistema de esgoto sanitário		
Coleta.....	15.504	14.999
Tratamento.....	19.396	16.381
Sistema de esgoto sanitário.....	11.297	10.694
Total.....	46.197	42.074
Custos administrativos (água e esgoto)		
Despesas das unidades da estrutura orgânica.....	31.410	29.309
Total.....	196.563	176.596

Contratação de 724 profissionais por meio de concurso público

20. DESPESAS COMERCIAIS

As despesas comerciais estão demonstradas como segue:

	2009	2008
Despesas gerais e administrativas da unidade	(24.417)	(14.018)
Perdas no recebimento de tarifas	(29.629)	(23.339)
Reversão de perdas	6.823	7.779
	<u>(47.223)</u>	<u>(29.578)</u>

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

21.1. Imposto de renda do exercício

O valor registrado como despesa de imposto de renda nas demonstrações contábeis está calculado conforme demonstrado a seguir:

	2009	2008
Lucro antes dos impostos e contribuições	26.025	25.052
Adições		
RTT	2.307	1.886
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	787	-
Depreciação de bens reavaliados	7.740	7.744
Atualização de IRPJ sob Judice	1.868	2.180
Provisão para ajuste atuarial	-	11.464
Outras adições	958	2.782
	<u>13.660</u>	<u>26.056</u>
Exclusões		
RTT	(5.497)	(2.625)
Pagamentos efetuados à FAECES	(4.127)	(4.092)
Reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(1.157)
Reversão provisão para ajuste atuarial	(11.144)	-
Reversão da provisão para débitos trabalhistas	(972)	(2.018)
Outras exclusões	(25)	(47)
	<u>(21.765)</u>	<u>(9.939)</u>
Subtotal	17.920	41.169
Compensação de prejuízo fiscal	(5.376)	(12.351)
Base de cálculo	12.544	28.818
Alíquota - 15%	1.882	4.323
Alíquota - 10%	1.230	2.858
IR s/ ajuste de avaliação patrimonial	616	88
Imposto de renda diferido	3.602	(3.567)
Incentivos fiscais	(195)	(184)
(-) Imposto de renda sobre a reserva de reavaliação	(1.946)	(1.937)
	<u>5.189</u>	<u>1.581</u>

21.2. Contribuição social do exercício

O valor registrado como despesa de contribuição social nas demonstrações contábeis está calculado conforme demonstrado a seguir:

	2009	2008
Lucro antes dos impostos e contribuições	26.025	25.052
Adições		
RTT	2.307	1.886
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	787	-
Provisão para ajuste atuarial	-	11.464
Provisão para débitos trabalhistas	7.740	-
Depreciação de bens reavaliados	1.868	7.744
Atualização de IRPJ sem Judice	-	2.180
Outras adições	958	2.782
	<u>13.660</u>	<u>26.056</u>
Exclusões		
RTT	(5.497)	(2.625)
Pagamentos efetuados à FAECES	(4.127)	(4.092)
Reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(1.157)
Reversão provisão para ajuste atuarial	(11.144)	-
Reversão da provisão para débitos trabalhistas	(972)	(2.018)
Outras exclusões	(25)	(47)
	<u>(21.765)</u>	<u>(9.939)</u>
Subtotal	17.920	41.169
Compensação de prejuízo fiscal	(5.376)	(12.351)
Base de cálculo	12.544	28.818
Alíquota - 9%	1.129	2.594
CSLL s/ ajuste de avaliação patrimonial	222	32
Contribuição social diferida	1.659	(1.284)
(-) Contribuição social sobre a reserva de reavaliação	(701)	(697)
	<u>2.309</u>	<u>645</u>

22. SEGUROS

A Companhia não mantém contratos de seguros para coberturas de eventuais perdas decorrentes de incêndios e outros multiriscos sobre seus ativos e responsabilidades.

Não ocorreram durante o exercício perdas significativas decorrentes dos riscos acima mencionados.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis de aplicações financeiras, contas a receber constantes no balanço patrimonial, quando comparados aos valores que poderiam ser obtidos na sua negociação com terceiros ou, na ausência destes, quando comparados com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante esse exercício, a CESAN não realizou operações com derivativos.

a. Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado foram calculados conforme o valor presente dos instrumentos financeiros, considerando a taxa de juros praticada pelo mercado para operações de riscos e prazos similares.

b. Concentração de risco de crédito

As contas a receber são bastante pulverizadas e correspondem a um grande número de clientes. Portanto, não se concentram em alguns clientes, minimizando o risco de crédito em com os procedimentos de controle.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisões julgadas suficientes pela Administração da Companhia para fazer face a eventuais perdas na realização.

c. Moeda estrangeira

Os financiamentos em moeda estrangeira destinam-se a obras de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. A CESAN não realizou operações de proteção cambial para esses financiamentos.

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS (NÃO AUDITADO)

A Companhia possui dois segmentos de negócios, que são distribuição de água tratada e coleta e tratamento de esgotamento sanitário. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais direta e indiretamente alocadas a esses segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio.

	2009			2008		
Composição	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Receita bruta dos serviços	345.656	60.377	406.033	320.029	52.155	372.184
(-) Impostos sobre serviços	(19.302)	(3.372)	(22.674)	(19.033)	(3.098)	(22.131)
Receita líquida dos serviços	326.354	57.005	383.359	300.996	49.057	350.053
Custo dos serviços prestados	(145.694)	(50.868)	(196.562)	(126.626)	(49.969)	(176.595)
Lucro bruto	180.660	6137	186.797	174.370	(912)	173.458
Despesas operacionais	(101.877)	(17.795)	(119.672)	(79.232)	(12.918)	(92.150)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	78.783	(11.659)	67.124	95.138	(13.830)	81.308

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Emissão de debêntures

Por meio da assembleia de acionistas do dia 14 de janeiro de 2010, ficou aprovada a primeira emissão de Debêntures Simples não conversíveis em ações.

As debêntures terão lançamento privado, mediante subscrição exclusiva do BNDES - Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, e terão data de emissão fixada em 15 de janeiro de 2010. A previsão é de que sejam emitidas 1000 (mil) debêntures perfazendo um total de R\$44.000.000,00 (quarenta e quatro milhões de reais) divididas em três séries, de acordo com o termo contratual exposto:

Primeira série:

Data de emissão: 15 de janeiro de 2.010

Prazo: 121 meses

Carência do principal: 36 meses

Amortização: 85 meses

Vencimento final: 15 de fevereiro de 2.020

Remuneração TJLP + 2,34% a.a.

Valor: R\$12.320.000,00

Segunda série:

Data de emissão: 15 de janeiro de 2.010
Prazo: 11 anos
Carência do principal: 48 meses
Amortização: 7 anos
Vencimento final: 15 de fevereiro de 2.020
Remuneração IPCA + 2,34% a.a.
Valor: R\$13.200.000,00

Terceira série:

Data de emissão: 15 de janeiro de 2.010
Prazo: 10 anos (121 meses)
Carência do principal: 36 meses
Amortização: 85 meses
Vencimento final: 15 de fevereiro de 2.020
Remuneração TJLP + 2,34% a.a.
Valor: R\$18.480.000,00

Essa 1ª emissão está garantida por 20% da arrecadação tarifária da Companhia, por meio de conta específica, cujo saldo mínimo contratual seja R\$3.500.000,00.

Os recursos dessa emissão destinam-se exclusivamente ao financiamento de projetos institucionais da CESAN.

- Sistema integrado de Gestão Corporativa ERP.
- Controle e redução de perdas.
- Instalação e substituição de hidrômetros.
- Instalação de nova sala cofre.
- Realização de estudos e projetos.
- Sistema de informações geográficas corporativo (GIS).

b) Novos pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis editados em 2009 e que entrarão em vigor a partir de 2010.

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as

normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos, interpretações e orientações foram emitidos durante o ano de 2009 com aplicação mandatória para os exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e para as demonstrações contábeis de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação. A Administração da Empresa está em processo de avaliação dos potenciais efeitos relativos aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

Paulo Ruy Valim Carneli
Diretor-Presidente

Carlos Eduardo F. Saleme
Diretor de Operação Metropolitana

Carlos Fernando Martinelli
Diretor de Operação do Interior

Luiz Ferraz Moulin
Diretor de Administração e Meio Ambiente

Ricardo Maximiliano Goldschmidt
Diretor de Relações com o Cliente

Gilson Duarte
Gerente Financeiro e Contábil

Silvana Ciqueira Alves Menegaz
Contadora CRC ES012257/O-7

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
da Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN ("Companhia"), levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendiam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos dados, o volume de transações e os

sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e a financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. A demonstração do valor adicionado apresentada para propiciar informações suplementares como parte integrante das demonstrações contábeis foi submetida aos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 5 de março de 2010.

Antônio de Pádua Soares Pelicarp
Sócio-contador
CRC MG27739/O-3 "S" ES

BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-S "S" ES

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, tendo examinado o Balanço Patrimonial da CESAN, e com base no parecer da Auditoria Externa - BDO Auditores Independentes, cujo ativo e passivo importam em R\$ 1.549.658 (um bilhão, quinhentos e quarenta e nove milhões e seiscentos e cinquenta e oito mil reais), as respectivas Demonstrações de Resultado, as Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, inclusive as Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, manifestaram-se favoráveis, recomendando neste sentido, a sua aprovação integral pela Assembleia Geral Ordinária.

Vitória, 19 de março de 2010.

André Rosetti Bresciani **Miguel dos Santos Costa** **Sérgio da Cunha Rodrigues**
Conselheiro Conselheiro Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO DE 2009

Os membros do Conselho de Administração da Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, em reunião realizada nesta data, procederam ao exame do Balanço Patrimonial e respectivas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, cujo Ativo/Passivo soma o montante de R\$ 1.549.658 (um bilhão, quinhentos e quarenta e nove milhões e seiscentos e cinquenta e oito mil reais), aprovaram e opinaram pela sua aprovação, com base no Parecer da Auditoria Externa Independente.

Vitória, 23 de março de 2010.

Regina Curitiba da Silva
Presidente do C.A.

Neivaldo Bragato
Conselheiro

José Alves Paiva
Conselheiro

Paulo Ruy Valim Carneli
Conselheiro

Haroldo Corrêa Rocha
Conselheiro

Leopoldino Batista Neto
Conselheiro

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, a Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN apresenta as Demonstrações Financeiras, os Pareceres do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, e o Relatório da Auditoria Independente, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009		Nota	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
ATIVOS					PASSIVO				
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	6.244	17.223	8.892	Fornecedores.....	12	40.678	67.708	32.406
Aplicações financeiras.....	6	32.053	26.817	29.269	Empréstimos e Financiamentos.....	13	8.972	16.877	10.301
Créditos e contas a receber de usuários.....	7	73.155	77.409	62.671	Juros sobre capital próprio.....	20.3	30.875	22.981	20.981
Estoques de Materiais.....		3.403	3.601	4.861	Participação de empregados.....		4.283	6.140	5.407
Adiantamento a empregados e fornecedores.....		3.236	3.247	3.655	Contribuições para FAECES.....	17	6.116	5.139	5.139
Impostos a recuperar.....	8	5.447	5.893	1.487	Impostos e contribuições a recolher.....	14	12.390	11.975	9.468
Outros créditos a receber.....		1.321	382	2.928	Provisão para férias e encargos.....		9.872	11.699	10.780
Total do Ativo Circulante.....		124.859	134.572	113.763	Provisão para contingências.....	15	196	596	1.568
Créditos e contas a receber de usuários.....	7	4.775	5.291	6.918	Outras contas a pagar.....		3.155	2.110	1.652
Depósitos judiciais.....	15	17.584	15.101	9.721	Total do Passivo Circulante.....		116.537	145.225	97.702
Impostos a recuperar.....	8	187	454	1.293	Empréstimos e Financiamentos.....	13	181.324	113.611	68.554
Impostos diferidos.....	8	22.475	21.122	26.383	Impostos e contribuições a pagar.....	16	129.327	130.938	125.229
Contratos de concessões indenizáveis.....	11	40.405	33.062	25.674	Provisão para contingências.....	15	12.309	13.956	13.956
Investimentos.....		95	95	95	Contribuições para FAECES.....	17	30.728	36.295	53.008
Imobilizado.....	9	31.706	25.834	24.702	Créditos de acionistas.....	18	276.149	199.294	125.208
Intangíveis.....	10	1.561.162	1.345.347	1.094.001	Subvenções para investimento.....		2.882	1.948	-
Total do Ativo Não Circulante.....		1.678.389	1.446.306	1.188.787	Total do Passivo Não Circulante.....		632.719	496.042	385.955
Total do Ativo.....		1.803.248	1.580.878	1.302.550	Capital social.....	20.1	848.280	724.210	598.711
					Reserva de lucros.....	20.2	75.810	81.260	64.415
					Reserva de reavaliação.....	10.3	129.902	134.141	155.767
					Total do patrimônio líquido.....		1.053.992	939.611	818.893
					Total do Passivo.....		749.256	641.267	483.657
					Total do Patrimônio Líquido.....		1.053.992	939.611	818.893
					Total do passivo e patrimônio líquido.....		1.803.248	1.580.878	1.302.550

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2010	2009		Nota	2010	2009
Receitas das operações continuadas.....	21	408.096	379.656	Despesas financeiras e fiscais.....	22	(26.443)	(14.054)
Custos dos serviços de abastecimento de água.....		(121.410)	(118.956)	Resultado antes dos impostos.....		71.775	83.946
Custos dos serviços de esgoto.....		(49.316)	(46.197)	Provisão para contribuição social.....	26.2	(2.120)	(2.309)
Custos administrativos dos serv. de água e esgoto.....		(41.497)	(31.410)	Provisão para imposto de renda.....	26.1	(2.958)	(5.189)
Lucro Bruto.....		195.873	183.093	Resultado líquido das operações em continuidade antes da participação dos empregados.....		66.697	76.448
Despesas comerciais.....	23	(51.451)	(47.423)	Participação dos empregados.....	20.5	(4.283)	(6.140)
Despesas administrativas.....	24	(69.407)	(73.037)	Lucro Líquido do Exercício.....		62.414	70.308
Outras receitas operacionais.....	25	23.203	35.367				
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e dos impostos.....		98.218	98.000				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Instalação de 1.640 km de redes de esgoto até final de 2011



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Investimentos	Legal	Reserva de Reavaliação	Lucros/prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2009		598.711	44.629	6.203	155.767	13.583	818.893
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	70.308	70.308
Realização da reserva de reavaliação	10.3	-	-	-	(16.812)	16.812	-
Reversão da provisão para imposto de renda e contribuição social sobre a reserva de reavaliação	10.3	-	-	-	2.646	(2.646)	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre a reserva de reavaliação	10.3	-	-	-	(7.460)	-	(7.460)
Transações com acionistas, registrados diretamente no patrimônio líquido							
Contribuições e Distribuições de/e para os acionistas							
Absorção da reserva de investimentos		44.629	(44.629)	-	-	-	-
Aumento de capital social		80.870	-	-	-	-	80.870
Destinação do Lucro							
Constituição da reserva legal	20.2	-	-	2.634	-	(2.634)	-
Constituição da reserva de investimento	20.4	-	72.423	-	-	(72.423)	-
Juros sobre capital próprio	20.3	-	-	-	-	(23.000)	(23.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2009		724.210	72.423	8.837	134.141	-	939.611
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	62.414	62.414
Realização da reserva de reavaliação	10.3	-	-	-	(6.422)	6.422	-
Reversão da provisão para imposto de renda e contribuição social sobre a reserva de reavaliação	10.3	-	-	-	2.183	(2.183)	-
Transações com acionistas, registrados diretamente no patrimônio líquido							
Contribuições e Distribuições de/e para os acionistas							
Absorção da reserva de investimentos	20.4	41.203	(41.203)	-	-	-	-
Aumento de capital social		82.867	-	-	-	-	82.867
Destinação do Lucro							
Constituição da reserva legal	20.2	-	-	3.121	-	(3.121)	-
Constituição da reserva de investimento	20.4	-	32.632	-	-	(32.632)	-
Juros sobre capital próprio	20.3	-	-	-	-	(30.900)	(30.900)
Saldo em 31 de dezembro de 2010		848.280	63.852	11.958	129.902	-	1.053.992

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(INFORMAÇÃO ADICIONAL)

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2010	2009		Nota	2010	2009
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA			
Receita dos serviços de abastecimento de água e esgoto		432.715	406.033	VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	247.086	217.861	
Provisões diversas		(5.873)	6.905	Dividendos de investimentos avaliados ao custo	5	26	
Outras receitas		12.982	7.733	Receitas financeiras e variações monetárias ativas	7.320	9.536	
		439.824	420.671	Aluguéis	76	108	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					7.401	9.670	
Matérias consumidas		(15.099)	(17.241)	VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	254.487	227.531	
Serviços consumidos e outros custos		(92.352)	(91.946)	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais		(47.581)	(62.530)	Empregados			
		(155.032)	(171.717)	Salários e encargos	95.553	77.896	
RETENÇÕES				Participação dos empregados nos lucros	4.283	6.140	
Depreciação e amortização		(37.706)	(31.093)	Planos de aposentadoria e pensão	2.306	3.178	
		(37.706)	(31.093)	Assistência médica e odontológica	5.585	4.630	
					107.727	91.844	
				Governo	35.310	44.626	
				Financiadores	49.037	20.753	
				Acionistas	30.900	23.000	
				Lucros retidos	31.513	47.308	
					254.487	227.531	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2010	2009		2010	2009
Fluxo de caixa das atividades operacionais			Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	62.113	105.403
Resultado do período	62.414	70.308			
Ajustes para:			Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Depreciação e amortização	37.705	31.093	Aumento de ativo imobilizado	(259.672)	(286.492)
Provisão para contingências	(2.047)	(972)	Recebimento de venda do imobilizado	360	611
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7.106	894			
Participações de empregados	4.283	6.140	Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	(259.312)	(285.881)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.268	3.450			
Variações monetárias e cambiais líquidas dos ativos e passivos	(139)	(4.227)	Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Lucro na Alienação de imobilizado	(231)	(291)	Aumento empréstimo bancário	59.947	55.860
Baixas do Ativo Intangível	152	2.602	Juros sobre Capital Próprio	7.894	(130)
	112.511	108.997	Participação de empregados	(6.140)	(5.407)
			Crédito para aumento de capital	76.855	74.086
(Aumento) redução de ativos			Aumento de capital	51.966	60.000
Contas a Receber de Clientes	(2.336)	(14.005)	Aumento Subvenções para investimentos	934	1.948
Estoque de material	198	1.260			
Adiantamento a empregados	11	408	Caixa proveniente (usado em) de atividades de financiamento	191.456	186.357
Impostos a recuperar	(640)	1.694			
Aumento em Contratos de concessões indenizáveis	(7.343)	(7.388)	Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(5.743)	5.879
Outros	(3.422)	(2.834)			
			Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	44.040	38.161
Aumento (redução) de passivos			Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	38.297	44.040
Fornecedores Materiais e Serviços	(27.030)	35.302			
Salários, férias e encargos sociais	(1.827)	919	Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(5.743)	5.879
Impostos e contribuições	(4.464)	(2.695)			
Contribuições a FAECES	(4.590)	(16.713)			
Outros	1.045	458			
	(50.398)	(3.594)			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cesan foi criada por meio da Lei nº 2.282 de 8 de fevereiro de 1967, alterada pela Lei nº 2.295 de 13 de julho de 1967 e regulamentada pelo Decreto nº 4.809 de 20 de setembro de 1993.

A Cesan é uma empresa de economia mista, enquadrada no Regime Jurídico de Direito Privado Brasileiro como uma sociedade anônima, sendo seu acionista majoritário o Governo do Estado do Espírito Santo. Tem como missão satisfazer a seus clientes prestando serviços de saneamento básico com qualidade, contribuindo para a preservação e melhoria do meio ambiente, saúde da população e do desenvolvimento socioeconômico do Estado do Espírito Santo.

A Companhia atua na captação, tratamento e distribuição de água, e na coleta e tratamento de esgotos nesse Estado, mediante delegação do Governo do Estado e de contratos de concessão com os municípios nos quais atua. Sua atividade compreende também a realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações e ampliação de redes.

De um total de 78 (setenta e oito) municípios do Estado do Espírito Santo, a Cesan opera em 52 (cinquenta e dois), inclusive os 7 (sete) municípios da região metropolitana da Grande Vitória. Em média, os serviços da Companhia cobrem mais de 70% do Espírito Santo e 98% de todas as localidades por ela atendidas. A seguir, relacionamos as 10 (dez) maiores concessões de água e esgoto das quais a Companhia é detentora:

Concessões de água			Concessões de esgoto		
Localidade	N.º de ligações		Localidade	N.º de ligações	
	2010	2009		2010	2009
Serra	101.819	99.488	Serra	40.085	39.526
Vila Velha	88.948	86.368	Vitória	19.531	19.045
Cariacica	84.740	82.657	Cariacica	15.003	13.668
Vitória	55.561	54.605	Vila Velha	9.932	8.457
Guarapari	27.193	26.584	Guarapari	5.929	5.881
Viana	14.495	13.963	Castelo	5.259	5.038
Nova Venécia	9.118	8.922	Viana	5.102	5.101
Barra de São Francisco	8.591	8.279	Piúma	4.311	3.783
Conceição da Barra	8.483	8.199	São Gabriel da Palha	3.383	3.175
Piúma	8.440	8.082	Venda Nova do Imigrante	2.775	2.553

As empresas de saneamento básico têm gestão sujeita às decisões de cada Governo Estadual, por estarem inseridas na política macroeconômica do Governo e suas tarifas sob condução da Agência Estadual Reguladora – ARSI por meio de comissões específicas.

A CESAN, em linha com a política do Governo do Estado do Espírito Santo, seu acionista controlador que tem como uma de suas metas priorizar o social, vem desenvolvendo programas de investimentos para expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. No exercício de 2010, foram investidos aproximadamente R\$259.672 (R\$286.492 em 2009) em projetos dessa natureza.

2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Em todos os períodos anteriores, incluindo o ano fiscal findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). As presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras preparadas de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Dessa forma, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPCs para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi 1º de janeiro de 2009, data de transição para os CPCs.

3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

USO DE ESTIMATIVAS

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a análise da recuperabilidade do ativo imobilizado nas operações, assim como da análise de demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos na data do balanço.

4.020 empregos indiretos gerados em 2010



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

MOEDA

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda nacional e funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar (R\$1.000) mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As aplicações financeiras são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescidas de rendimentos apropriados pro rata *temporis* até a data do balanço.

b. Ativos financeiros

(i) Classificação

Os ativos financeiros são classificados sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis:

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de fechamento do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros mantidos até o vencimento, depósitos em garantias, contas a receber de clientes e demais contas a receber.

(ii) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação, para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo através do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade.

Contas a receber de clientes

(i) De clientes

Refere-se às contas de créditos com os usuários pelo fornecimento de água e pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário e demais serviços correlatos. Incluem, também, créditos por fornecimentos prestados e não faturados até a data do balanço para atendimento ao princípio de reconhecimento de receita.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável. Uma provisão para perda do valor recuperável das contas a receber de clientes é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência (devido há mais de 180 dias) são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa:

É calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir potenciais perdas nas contas a receber. Contas a receber de valores até R\$5 mil são consideradas perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixadas contra o resultado na rubrica "Despesas comerciais".

(ii) Do poder concedente das concessões

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

c. Estoques de materiais

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Os estoques de materiais estão classificados no ativo circulante, enquanto aqueles destinados a projetos são classificados no ativo intangível.

d. Impostos a Recuperar

A Cesan possui tributos recolhidos a maior ou créditos ainda não aproveitados registrados de acordo com o princípio de equilíbrio abordado pelo RTT- Regime Tributário de Transição, que serão baixados de acordo com necessidade gerencial e Lei 11.941/09 e suas alterações. Os créditos são registrados pelo valor de recuperação atual.

e. Ativos Intangíveis

(i) Concessões

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme item (p) desta nota, e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Em função da adoção da ICPC 01 Contratos de Concessão a partir de 01 de janeiro de 2010, a Companhia passou a reconhecer os custos e receitas de construção, conforme requerido pela ICPC 01, de acordo com a CPC 17, considerando as margens de construção conforme descritas na nota 11. Os valores foram retrocalculados para apresentação dos comparativos com o exercício de 2009. Anteriormente estes custos de construção ou aquisição de ativos eram contabilizados como ativo imobilizado, pelo custo da transação.

(ii) Direito de uso

Direitos de uso referem-se a custos incorridos em renovação de concessões públicas, a título de ressarcimento pela CESAN de investimentos na infraestrutura realizados pelos municípios. Os valores registrados no ativo intangível referem-se a ressarcimentos já efetuados pela Companhia às prefeituras como parte do acordo para renovação das concessões de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Estes investimentos não integram a base tarifária da Companhia, contudo representam o investimento realizado pela Companhia para a renovação da concessão.

Estes direitos de uso são amortizados linearmente pelo prazo de concessão diretamente relacionado.

(iii) Licenças de software

As licenças de software adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para adquirir as mesmas e fazer com que elas estejam prontas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada de cinco anos.

f. Imobilizado

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, o custo do item possa ser mensurado com segurança e a vida útil econômica for superior a 12 meses. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é realizada pela vida útil estimada de cada bem, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas abaixo:

	Anos
Edificações	25 – 50
Máquinas	10 – 15
Veículos	3 – 5
Móveis, utensílios e equipamentos	3 – 10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados periodicamente e ajustados, se apropriado, ao início de cada exercício, de forma prospectiva.

Os bens registrados no Imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e as edificações da Companhia.

O valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo ou do grupo de ativos ao qual pertence for maior do que seu valor recuperável estimado (conforme item (i) desta nota).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outros ganhos/perdas, líquidos" na demonstração do resultado.

g. Passivo atuarial

A Companhia patrocina plano de previdência privada administrado pela Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES, entidade fechada de previdência complementar. O objetivo do plano é complementar os benefícios concedidos pela Previdência Oficial, por meio do recebimento de contribuições individuais dos participantes (empregados) e da patrocinadora CESAN.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes, sendo a última efetuada para a data-base de 31 de dezembro de 2010, conforme orientação e regras do CPC 33.

h. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis às suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Companhia são mensurados pelo custo amortizado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures.

(i) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são compromissos vencíveis em um prazo máximo de 30 (dias), sendo, em razão disso, reconhecidos como sendo de valor justo.

(ii) Empréstimos e financiamentos e debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas. Os empréstimos são subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso da taxa de juros de mercado para o mesmo título de dívida caso este não fosse conversível, obtida junto à instituição financeira que o concedeu. Esse valor é registrado como passivo com base no custo amortizado, até que esta obrigação seja extinta na conversão ou no vencimento dos títulos de dívida. Este é reconhecido e incluído no patrimônio líquido, líquido dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. O valor contábil da opção de conversão não é reavaliado em exercícios subsequentes.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

(iii) Apresentação pelo líquido

Passivos e ativos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(i) Prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

(ii) Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente inter-relacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global, e iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão. O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico - financeiro de cada contrato.

j. Custos dos empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimo são registrados em despesa no período em que ocorrerem. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Conforme permitido pela ICPC 01, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos intangíveis relacionados aos serviços de construção relacionados aos contratos de concessão de serviços públicos.

k. Salários e encargos sociais

Os salários, provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares quando negociados em acordos coletivos de trabalho, com os encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

l. Provisão para contingências

As provisões tributárias e para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, provisões são descontadas a valor presente utilizando-se a taxa de juros antes do imposto corrente que reflita, quando for o caso, os riscos específicos inerentes à obrigação. Quando o desconto for utilizado, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como uma despesa financeira.

m. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescido de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 mil anuais.

A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, por meio da aplicação da alíquota de 9%.

n. Subvenções para investimentos

A Cesan recebe repasses à fundo perdido sob contra-ordem de investimentos nos sistemas de água e esgoto em determinadas localidades e/ou regiões. Esses repasses estão registrados de acordo com o CPC-07, e seu reconhecimento como receita está condicionado ao início de funcionamento dos sistemas envolvidos.

o. Contratos de concessão

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os contratos de concessão são firmados com os municípios, com intervenção do Estado do Espírito Santo. Os contratos de concessão foram reconhecidos conforme requerimentos da ICPC 01.

Os contratos de concessão representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão. A Companhia reconhece como um ativo intangível este direito de cobrar dos usuários durante o período de concessão, sendo o valor amortizado conforme divulgado no item (f) desta nota.

Adicionalmente, a Companhia possui na maioria de seus contratos um direito incondicional de receber caixa ao final da concessão como forma de indenização pela devolução dos ativos ao poder concedente. Nestes casos, a Companhia reconhece um ativo financeiro, descontado a valor presente, considerando a melhor estimativa de recebimento ao final da concessão, conforme divulgado no item (c) desta nota.

p. Demais ativos e passivos circulantes e a longo prazo

Os ativos circulantes, quando aplicáveis, são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. Os passivos circulantes e a longo prazo, quando aplicáveis, incluem os encargos incorridos até a data do balanço.

q. Efeitos da primeira adoção do IFRS

Estas são as primeiras demonstrações financeiras da Companhia preparadas de acordo com as IFRS.

As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa 4 foram aplicadas na preparação das demonstrações financeiras para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2010, nas informações comparativas apresentadas nestas demonstrações financeiras para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2009 e na preparação do balanço patrimonial de abertura em IFRS para a posição financeira em 1º de janeiro de 2009 (data de transição da Companhia).

	2010	2009
Subcontratações.....	1,7%	1,7%
Materiais de obras.....	4%	4%
Supervisão de contratos - Divisão de Expansão.....	12%	12%
Juros.....	12%	12%

2,2 milhões de pessoas abastecidas com água de qualidade



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Na preparação de sua demonstração de posição financeira de abertura em IFRS, a Companhia ajustou valores anteriormente apresentados em demonstrações financeiras preparadas de acordo com a prática contábil anteriormente adotadas. Uma explicação de como a transição da prática contábil anteriormente adotada para IFRS afetou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia é apresentada na tabela seguinte e nas notas que a acompanham.

ATIVO	01 de janeiro de 2009			31 de dezembro de 2009		
	GAAP anterior	Efeitos da transição para IFRS	IFRS	GAAP anterior	Efeitos da transição para IFRS	IFRS
CIRCULANTE						
Caixa e equivalente de caixa	38.161	-	38.161	44.040	-	44.040
Créditos e contas a receber de usuários	62.671	-	62.671	77.409	-	77.409
Estoque de materiais	4.861	-	4.861	3.601	-	3.601
Impostos a recuperar	1.487	-	1.487	5.893	-	5.893
Outros créditos a receber	6.583	-	6.583	3.629	-	3.629
Total do ativo circulante	113.763	-	113.763	134.572	-	134.572
Créditos e contas a receber de usuários	6.918	-	6.918	5.291	-	5.291
Contratos de concessões (a)	-	25.674	25.674	-	33.062	33.062
Depósitos judiciais	9.721	-	9.721	15.101	-	15.101
Impostos a recuperar	1.293	-	1.293	454	-	454
Impostos diferidos	26.383	-	26.383	21.122	-	21.122
Investimentos	95	-	95	95	-	95
Imobilizado	24.706	-	24.706	25.834	-	25.834
Intangível (a)	1.106.088	(12.091)	1.093.997	1.347.189	(1.841)	1.345.348
Total do ativo não circulante	1.175.204	13.583	1.188.787	1.415.086	31.221	1.446.307
TOTAL DO ATIVO	1.288.967	13.583	1.302.550	1.549.658	31.221	1.580.879

PASSIVO	01 de janeiro de 2009			31 de dezembro de 2009		
	GAAP anterior	Efeitos da transição para IFRS	IFRS	GAAP anterior	Efeitos da transição para IFRS	IFRS
CIRCULANTE						
Fornecedores	32.406	-	32.406	67.708	-	67.708
Financiamentos	10.301	-	10.301	16.877	-	16.877
Juros sobre capital próprio	20.981	-	20.981	22.981	-	22.981
Participação de empregados	5.407	-	5.407	6.140	-	6.140
Contribuições para FAECES	5.139	-	5.139	5.139	-	5.139
Impostos e contribuições a recolher	9.468	-	9.468	11.975	-	11.975
Provisão para férias e encargos	10.780	-	10.780	11.699	-	11.699
Provisão para contingências	1.568	-	1.568	596	-	596
Outras contas a pagar	1.652	-	1.652	2.110	-	2.110
Total do passivo circulante	97.702	-	97.702	145.225	-	145.225
Financiamentos	68.554	-	68.554	113.611	-	113.611
Impostos e contribuições a recolher	125.229	-	125.229	130.938	-	130.938
Provisão para contingências	13.956	-	13.956	13.956	-	13.956
Contribuições para FAECES	53.008	-	53.008	36.295	-	36.295
Créditos de acionistas	125.208	-	125.208	199.294	-	199.294
Outras contas a pagar	-	-	-	1.948	-	1.948
Total do passivo não circulante	385.955	-	385.955	496.042	-	496.042
Capital social	598.711	-	598.711	724.210	-	724.210
Reserva legal	6.203	-	6.203	8.837	-	8.837
Reserva de investimentos (a)	44.629	13.583	58.212	41.203	31.221	72.424
Reserva de reavaliação	155.767	-	155.767	134.141	-	134.141
Total do patrimônio líquido	805.310	13.583	818.893	908.391	31.221	939.612
TOTAL DO PASSIVO	1.288.967	13.583	1.302.550	1.549.658	31.221	1.580.879

	31 de dezembro de 2009		
	GAAP anterior	Efeitos da transição para IFRS	IFRS
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	379.656	-	379.656
Custos dos serviços de abastecimento de água	(118.956)	-	(118.956)
Custos dos serviços de esgoto	(46.197)	-	(46.197)
Custos administrativos dos serviços de água e esgoto	(31.410)	-	(31.410)
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(196.563)	-	(196.563)
LUCRO BRUTO	183.093	-	183.093
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas comerciais	(47.423)	-	(47.423)
Despesas administrativas	(73.037)	-	(73.037)
Despesas financeiras e fiscais	(14.054)	-	(14.054)
Juros sobre capital próprio (b)	(23.000)	23.000	-
Outras receitas operacionais (a)	17.728	17.639	35.367
	(139.786)	40.639	(99.147)
LUCRO OPERACIONAL	43.307	-	83.946
Provisão para contribuição social	(2.309)	-	(2.309)
Provisão para imposto de renda	(5.189)	-	(5.189)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS	35.809	-	76.448
Participação dos empregados	(6.140)	-	(6.140)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	29.669	-	70.308
Reversão dos juros sobre capital próprio (b)	23.000	(23.000)	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	52.669	(23.000)	70.308

(a) Ajuste referente adoção do ICPC 01 (Contratos de concessão), sendo reconhecida para o saldo de abertura e exercício de 2009 a parcela de ativo financeiro a valor presente. No resultado do exercício os ajustes são referentes aos seguintes assuntos: i) reconhecimento da receita de construções; ii) realização do ajuste a valor presente constituído sobre ativo financeiro; e iii) reversão de parcela de despesa com amortização pela adequação das taxas ao prazo das concessões por município.

(b) Apresentação dos juros sobre capital próprio apenas na Demonstração das mutações do patrimônio líquido por se tratar de uma destinação do resultado do exercício.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades estão demonstradas como segue:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Caixa	36	274	103
Bancos - conta movimento	6.208	16.949	8.789
Total	6.244	17.223	8.892

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações de renda fixa (certificados de depósito bancário), cuja intenção é a sua manutenção até o prazo de vencimento do certificado. Os saldos estão assim demonstrados:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Banestes	6.034	17.128	13.811
Banco do Brasil	2.863	4.950	1.219
Banco Real	6	6	5
Caixa Econômica Federal	23.150	4.733	14.234
Total	32.053	26.817	29.269

7. CRÉDITOS E CONTAS A RECEBER DE USUÁRIOS

	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Valores a receber de usuários	74.840	4.775	79.615	69.460	5.291	74.751	55.466	8.473	63.939
Consumo não faturado	17.451	-	17.451	16.748	-	16.748	14.455	-	14.455
Arrecadação a discriminar	(4.774)	-	(4.774)	(1.543)	-	(1.543)	(774)	-	(774)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14.362)	-	(14.362)	(7.256)	-	(7.256)	(6.362)	-	(6.362)
(-) Ajuste a valor presente	-	-	-	-	-	-	(114)	(1.555)	(1.669)
	73.155	4.775	77.930	77.409	5.291	82.700	62.671	6.918	69.589

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Valores faturados			
A vencer (circulante + realizável a longo prazo)	27.165	26.345	21.907
Vencidos até 30 dias	12.138	11.534	10.150
Vencidos de 31 a 60 dias	6.636	6.438	5.704
Vencidos de 61 a 90 dias	4.183	3.741	3.549
Vencidos de 91 a 120 dias	3.588	3.260	2.929
Vencidos de 121 a 150 dias	3.595	3.063	2.507
Vencidos de 151 a 180 dias	2.881	2.717	2.162
Vencidos acima de 180 dias	7.434	5.372	4.403
	67.620	62.470	53.331
Parcelamentos a vencer	11.995	12.281	10.608
Total	79.615	74.751	63.939

Além do montante da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a Companhia contabilizou R\$26.760 em perdas na realização de créditos a receber, debitados diretamente ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, na rubrica de perdas no recebimento de tarifas. Em 2009, essas perdas foram de R\$23.006. Tais valores podem ser detalhados como segue:

	31/12/2010	31/12/2009
Baixa direta de valores até R\$5.000	32.722	29.502
Reversão de perdas no recebimento das tarifas	(6.513)	(6.706)
Perdas de R\$5.000 a R\$30.000	621	326
Recebimento de perdas de R\$5.000 a R\$30.000	(70)	(116)
	26.760	23.006

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

8.1. Circulante

Os impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Imposto de renda antecipado (a)	3.421	3.964	789
Contribuição Social (a)	1.282	1.531	293
COFINS antecipado Lei nº 9.430/96	317	215	243
PASEP Lei nº 9.430/96	229	142	125
Contribuições previdenciárias	198	41	37
Total	5.447	5.893	1.487

(a) Os valores de imposto de renda e contribuição social antecipados referem-se à apuração anual demonstrada na nota explicativa nº 21.

8.2. Não Circulante

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Imposto de renda	138	334	951
Contribuição social	49	120	342
	187	454	1.293
IR e CSLL sobre adições temporárias	22.475	21.122	26.383
	22.475	21.122	26.383
Total	22.662	21.576	27.676

Os valores de Imposto de Renda e à Contribuição Social reconhecidos no ativo não circulante correspondem ao saldo do ajuste de avaliação patrimonial, decorrente da adoção inicial da Lei nº 11.638/2007 no exercício de 2008. Além disso, a Companhia registra o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, que serão reconhecidos na base de 30% do lucro real e da base de cálculo da contribuição social a ser apurada pela Companhia.

9. IMOBILIZADO

9.1. Composição dos saldos

Tangível

			31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Em operação	Taxas anuais de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Total Líquido	Total Líquido
Terrenos	-	3.740	-	3.740	3.740
Edificações e estruturas	4	14.179	(4.796)	9.383	8.665
Móveis e utensílios	10	5.554	(2.412)	3.142	2.724
Veículos Equip. Transportes	20	10.685	(7.004)	3.681	5.451
Máquinas e Equipamentos	10	5.730	(3.169)	2.561	2.361
Equipamentos - laboratório	10	646	(375)	271	311
Computadores e periféricos	20	13.688	(4.760)	8.928	2.858
ETA	4	-	-	-	1
Total		54.222	(22.516)	31.706	25.834

9.2. Movimentação

Tangível

	01/12/2009	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2009	Adições	Reclassif.	Baixas	Saldo em 31/12/2010
Terrenos	3.740	-	-	3.740	-	-	-	3.740
Edificações e estruturas	12.418	222	-	12.640	1.539	-	-	14.179
Móveis e utensílios	4.498	725	(277)	4.946	893	-	(285)	5.554
Veículos equip. transportes	8.361	2.478	(61)	10.778	135	-	(228)	10.685
Máquinas e equipamentos	5.672	427	(1.206)	4.893	837	-	-	5.730
Equipamentos - laboratório	658	9	(23)	644	26	-	(25)	646
Computadores e periféricos	4.715	1.551	(12)	6.254	7.891	-	(456)	13.688
ETA	3	-	-	3	-	(3)	-	-
	40.065	5.413	(1.579)	43.899	11.321	(3)	(994)	54.222

10. INTANGÍVEL

A Companhia possui contratos de concessão de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário com 52 localidades do Estado do Espírito Santo. Os novos contratos de concessão são firmados com cada município (exceto região metropolitana da Grande Vitória), por períodos fixos em 30 anos.

O sistema de tarifação para o abastecimento de água e esgotamento sanitário é controlada pela Agência Reguladora de Serviços de Infraestrutura - ARSI-ES e são revistas anualmente (normalmente no mês 07), tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, considerando tanto os investimentos efetuados como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários, tendo como base o volume de água consumido e esgoto coletado multiplicado pela tarifa autorizada.

Os prazos das concessões estão descritas na Nota 11.

10.1. Composição dos saldos

Intangível

Os sistemas são explorados de acordo com os contratos de concessão com os municípios, cujo prazo de concessão normal é de 30 anos. Findos os prazos, os contratos podem ser renovados ou não.

No caso de não renovação, o valor residual de ativos será indenizado à Companhia. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não tinha conhecimento de nenhuma intenção por parte dos municípios de interromper os referidos contratos de concessão.

			31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Em operação	Taxas de Amortiz. %	Custo	Amortização acumulada	Total Líquido	Total Líquido
Terrenos	-	25.438	-	25.438	24.903
Barragens/omadas	4	28.631	(11.140)	15.491	16.189
Edificações e estruturas	4	3.771	(950)	2.821	1.935
Estações de bombas	4	49.809	(13.706)	36.103	28.553
Reservatórios	4	52.793	(21.162)	31.631	26.544
ETE	4	110.974	(34.129)	76.845	74.537
Tubulações	2	651.382	(176.823)	474.559	436.937
Linha de transmissão	5	8	(3)	5	5
Ligações prediais	2	121.420	(34.335)	87.085	84.432
Móveis e utensílios	10	124	(51)	73	69
Veículos Equip. Transportes	20	175	(70)	105	139
Hidrometros	10	53.021	(17.857)	35.164	27.220
Máquinas e Equipamentos	10	110.864	(62.134)	48.734	48.300
Equipamentos - laboratório	10	3.117	(1.883)	1.230	1.180
Computadores e periféricos	20	42	(23)	19	37
ETA	4	54.947	(17.290)	37.657	38.901
Softwares	-	21.877	(6.071)	15.806	18.912
Contratos de concessão	-	24.622	(1.460)	23.162	24.172
		1.310.995	(399.086)	911.908	853.714
Em andamento					819.948
Almoxarifado para obras (a)		26.270	-	26.270	34.870
Obras diversas (b)		615.325	-	615.325	458.603
		641.595	-	641.595	493.473
Sub-Total		1.952.590	(399.086)	1.553.503	1.347.187
Ajustes de aplicação do ICPC-01 (c).					
Reclassificação p/ativo financ. realiz. longo prazo		(27.514)	-	(27.514)	(27.514)
Reversão de amortiz. do período		12.091	9.500	21.590	12.091
Baixas acumul. contra PL		13.583	-	13.583	13.583
Total		1.950.750	(389.586)	1.561.162	1.345.347

24 milhões de m³ de esgoto deixaram de ser lançados no meio ambiente



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- (a) Obras em andamento destinadas ao aumento da capacidade de produção para atender à demanda dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
(b) Impacto da adoção inicial do ICPC-01

10.2. Movimentação dos saldos do ativo intangível

Intangível	01/12/2009	Saldo em			Reclassif	Saldo em		
		Adições	Baixas	31/12/2009		Adições	Baixas	31/12/2010
Terrenos.....	24.903	750	-	25.653	203	(418)	-	25.438
Barragens/tomadas.....	23.853	2.420	(5)	26.268	358	5	-	26.631
Edificações e estruturas.....	2.770	-	-	2.770	1.001	-	-	3.771
Estações de bombas.....	40.166	485	(115)	40.536	9.278	(5)	-	49.809
Reservatórios.....	44.958	920	-	45.878	6.915	-	-	52.793
ETE.....	104.160	291	-	104.451	6.523	-	-	110.974
Tubulações.....	583.505	20.540	-	604.045	47.737	472	(892)	651.362
Linhas de transmissão.....	8	-	-	8	-	-	-	8
Ligações prediais.....	109.786	6.934	-	116.720	4.700	-	-	121.420
Móveis e utensílios.....	991	3	-	994	-	(10)	(860)	124
Veículos equip. transportes.....	2.285	162	-	2.447	-	(1)	(2.271)	175
Hidrômetros.....	37.852	6.622	-	44.474	12.255	(65)	(3.643)	53.021
Máquinas e equipamentos.....	94.003	10.702	(1)	104.704	9.362	19	(3.221)	110.864
Equipamentos - laboratório.....	2.911	196	-	3.107	339	10	(339)	3.117
Computadores e periféricos.....	1.331	-	-	1.331	3	(5)	(1.287)	42
ETA.....	47.279	6.726	-	54.005	938	4	-	54.947
Softwares.....	3.962	16.731	-	20.693	1.184	-	-	21.877
Contratos de concessão.....	16.987	7.635	-	24.622	-	-	-	24.622
Almoxarifado para obras.....	27.747	7.124	-	34.871	-	-	(8.601)	26.270
Obras diversas.....	258.395	200.207	-	458.602	156.723	-	-	615.325
Sub-total.....	1.427.852	288.448	(121)	1.716.179	257.519	(1)	(21.113)	1.952.590
Ajustes.....	(12.091)	12.091	(1.840)	(1.840)	-	-	-	(1.840)
Total.....	1.415.761	300.539	(1.961)	1.714.339	257.519	(1)	(21.113)	1.950.750

10.3. Reavaliação de bens do ativo

Em 31 de dezembro de 1997 foi efetuada a reavaliação do ativo imobilizado, cuja finalidade principal foi ajustar a reavaliação realizada em 31 de dezembro de 1994, bem como redimensionar as aquisições realizadas entre 1º de janeiro de 1995 e 31 de dezembro de 1997.

A reavaliação atingiu o montante líquido de R\$369.516 mil, sendo contabilizada em 31 de dezembro de 1998 na conta do ativo imobilizado em contrapartida da conta de reserva de reavaliação. Posteriormente estes valores foram reclassificados para o Ativo Intangível, pela vinculação dos bens aos contratos de concessões.

Durante o exercício de 2010 foi realizado o montante de R\$4.239 mil líquido do imposto de renda e contribuição social. Esses valores foram considerados para fins de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

Os efeitos da depreciação/amortização no resultado do exercício são de R\$3.820 mil.

11. VALOR INDENIZÁVEL DAS CONCESSÕES VERSUS RECEITA DE CONSTRUÇÃO

A Companhia possui, em 31 de DEZEMBRO de 2010, R\$40.404 como contas a receber do poder concedente (municípios), referente ao montante esperado de recebimento ao final das concessões (R\$33.061 em 31 de dezembro de 2009). Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital - WACC, atrelados as respectivas contas a receber.

Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos.

A receita de construção em concessões públicas de saneamento corresponde ao custo dos investimentos realizados pelo concessionário, acrescido de uma pequena margem de lucro. A Cesan realizou estudos com base estatística sobre seus contratos de terceirização de construções de obras, serviços, projetos e fiscalização, ponderando com o custo de oportunidade do capital, encontrando o percentual de 1,70% da margem de ganho sobre estes tipos de contratos.

Os resultados dos serviços de construção realizados pela Companhia, apurados conforme ICPC-01 e CPC-17, estão demonstrados abaixo:

	2010	2009
Receitas de Construção.....	12.176	5.880
Custos de construção.....	(10.451)	(5.047)
Total.....	1.725	833

12. FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos da Companhia. Em 31 de dezembro os saldos estão assim demonstrados:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Fornecedores de materiais.....	2.543	10.281	3.145
Fornecedores de serviços.....	38.135	25.630	22.616
Fornecedores - Projeto Águas Limpas (a).....	-	31.797	6.645
Total.....	40.678	67.708	32.406

(a) Em maio de 2010 a Companhia passou a utilizar sistema integrado tipo ERP-R3, onde passou a unificar os fornecedores do projeto Águas Limpas às contas "Fornecedores de Serviços" e "Fornecedores de materiais".

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os financiamentos foram obtidos com as instituições financeiras e estão assim demonstrados:

	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
	Circul.	Não circ.	Total	Circul.	Não circ.	Total	Circul.	Não circ.	Total
Em moeda nacional									
BNDES (c).....	-	48.035	48.035	-	20.496	20.496	-	-	-
BNDES - Águas Limpas (c).....	-	-	-	-	9.929	9.929	-	-	-
Banco do Brasil.....	-	-	-	-	5	5	341	8	349
CEF - Águas Limpas (a).....	-	-	-	1.094	25.484	26.578	205	15.749	15.954
CEF (a).....	5.756	112.423	118.179	12.265	48.514	60.779	6.065	37.212	43.277
	5.756	160.458	166.214	13.359	104.428	117.787	6.611	52.969	59.580
Em moeda estrangeira									
Banco do Brasil - DMPL (b).....	962	7.260	8.222	1.015	8.298	9.313	1.390	12.357	13.747
	962	7.260	8.222	1.015	8.298	9.313	1.390	12.357	13.747
Debentures não convenc.....	-	13.595	13.595	-	-	-	-	-	-
Leasing.....	2.254	11	2.265	2.503	885	3.388	2.300	3.228	5.528
	2.254	13.606	15.860	2.503	885	3.388	2.300	3.228	5.528
Total.....	8.972	181.324	190.296	16.877	113.611	130.488	10.301	68.554	78.855

- (a) Caixa Econômica Federal: empréstimo em fase de retorno, financiado em 18 anos, com taxa de juros de 6% a.a. e vencimento em 20 de dezembro de 2011. Os pagamentos são efetuados mensalmente. Caixa Econômica Federal - Águas Limpas: empréstimo em fase de carência, financiado em 15 anos, com taxa de juros de 6,5% a.a. e 8% a.a.
(b) Banco do Brasil - DMPL: dívida em moeda estrangeira de médio e longo prazo, contraída com credores externos e transferida no ano de 1997 para o Tesouro Nacional, conforme determinam as Portarias MF 089/96 e 192/96. O último vencimento será no ano 2024.
(c) BNDES - financiamento em fase de carência (até janeiro de 2011), com prazo estipulado para pagamento total em 24 anos (junho de 2023) sob vinculação de receita, com taxa de juros de 1,61% acrescido da TJLP vigente.
(d) Através da assembleia de acionistas do dia 14/01/2010, ficou aprovado a primeira emissão de Debentures Simples não conversíveis em ações, com lançamento privado, mediante subscrição exclusiva do BNDES - Banco de Desenvolvimento Econômico e Social. A previsão é de que sejam emitidas 1000 (mil) debentures perfazendo um total de R\$44.000.000,00 (quarenta e quatro milhões de reais) divididas em 3 séries. O valor atual corresponde a primeira série.

Primeira série:

Data de emissão 15 de janeiro de 2.010
Prazo 121 meses
Carência do principal 36 meses
Amortização 85 meses
Vencimento final em 15 de fevereiro de 2.020
Remuneração TJLP + 2,34% a.a.
Valor R\$12.320.000,00

Segunda série:

Data de emissão 15 de janeiro de 2.010
Prazo 11 anos
Carência do principal 48 meses
Amortização 7 anos
Vencimento final em 15 de fevereiro de 2.020
Remuneração IPCA + 2,34% a.a.
Valor R\$13.200.000,00

Terceira série:

Data de emissão 15 de janeiro de 2.010
Prazo 10 anos (121 meses)
Carência do principal 36 meses
Amortização 85 meses
Vencimento final em 15 de fevereiro de 2.020
Remuneração TJLP + 2,34% a.a.
Valor R\$18.480.000,00

Essa 1ª emissão está garantida por 20% da arrecadação tarifária da Companhia, através de conta específica, cujo saldo mínimo contratual seja R\$3.500.000,00. Os recursos dessa emissão destinam-se exclusivamente ao financiamento de projetos institucionais da Cesan:

- Sistema integrado de Gestão Corporativa ERP
- Controle e redução de Perdas
- Instalação e substituição de hidrômetros
- Instalação de nova sala cofre
- Realização de estudos e projetos
- Sistema de informações geográficas corporativo (GIS)

Os empréstimos estão garantidos por crédito de receitas próprias, títulos de cobrança, recebíveis e notas promissórias.

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os impostos e contribuições a recolher estão assim demonstrados:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ISS	2.417	2.686	1.186
Contribuição social	150	123	143
Contribuições retidas na fonte	271	828	777
PASEP	321	315	228
COFINS	1.507	1.440	1.050
INSS	4.067	4.011	3.598
FGTS	1.487	567	531
Salário-educação	893	955	913
Outras retenções e contribuições	14	12	18
Imposto de renda	1.263	1.038	1.024
Total	12.390	11.975	9.468

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O critério adotado pela Companhia é de constituir provisão para ações consideradas como perdas prováveis.

15.1. Processos com probabilidade de perda provável

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A CESAN mantém provisão contábil julgada suficiente de acordo com a posição dos assessores jurídicos para fazer face a questões trabalhistas e cíveis nas quais a Companhia é ré. Essas provisões estão apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, da seguinte forma:

	Depósitos judiciais			Provisão para contingências		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Cível (i)	1.369	—	—	775	775	775
Trabalhista (ii)	16.215	15.101	9.721	11.730	13.777	14.749
Total	17.584	15.101	9.721	12.505	14.552	15.524
Curto prazo	—	—	—	196	596	1.568
Longo prazo	17.584	15.101	9.721	12.309	13.956	13.956

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

- A provisão cível refere-se ao processo movido por fornecedor da Companhia em 8 de fevereiro de 2002, decorrente do contrato de serviços operacionais existente entre as partes.
- As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, horas extras e outras verbas trabalhistas.

15.2. Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia discute outras ações para as quais tem expectativa de desfecho favorável. Para essas ações, não foi constituída provisão para fazer face a eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa.

Os processos em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

Natureza	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Cível (i)	15.612	11.655	11.221
Trabalhista (ii)	14.663	13.531	23.679
Total	30.275	25.186	34.900

Os detalhes sobre os processos com probabilidade de perda possível, são os seguintes:

- Refere-se à ações de indenização por danos materiais e morais. Os processos encontram-se em julgamento no Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

- As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, horas extras e outras verbas trabalhistas.

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR DE LONGO PRAZO

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
IRPJ (a)	42.297	40.565	38.696
INSS (b)	17.270	16.779	16.253
Salário-educação parcelado	1.414	2.218	3.015
IRPJ sobre reserva de reavaliação (c)	49.225	50.831	47.262
CSLL sobre reserva de reavaliação (c)	17.648	18.226	16.981
INSS parcelado	1.271	2.002	2.591
CSLL parcelada	202	317	431
Total	129.327	130.938	125.229

- Em sentença de 18 de dezembro de 1997, revista e mantida pela Justiça Federal em 16 de janeiro de 1998, foi concedido à Companhia o benefício da Antecipação de Tutela para eximir-se do pagamento do Imposto de Renda derivado do lucro inflacionário, realizado anualmente a partir do ano-calendário de 1995. Como consequência, a Companhia deixou de recolher o referido imposto a partir daquele exercício, mantendo o valor apurado de aproximadamente R\$36.516 mil, registrado na conta de impostos e contribuições a recolher, no passivo exigível a longo prazo.
- Os valores referem-se a autos de infração do INSS em decorrência de fiscalizações realizadas. A Companhia vem contestando administrativa e judicialmente os referidos autos, sendo que parte foram objeto de enquadramento no Refis 3 (Lei 11.941/09).
- Imposto de Renda e contribuição social sobre o resultado da reavaliação do ativo imobilizado, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.

17. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia patrocina plano de pensão para seus funcionários, o qual inclui planos de benefício definido e contribuição definida, administrados pela FAECES - Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN, entidade fechada de previdência complementar.

O objetivo do plano é complementar os benefícios concedidos pela Previdência Oficial, por meio do recebimento de contribuições individuais dos participantes (empregados) e da patrocinadora.

A Companhia assinou contrato de confissão de dívida, obrigando-se ao pagamento em 17 (dezesete) anos, contados a partir de janeiro de 2001, do valor referente ao tempo de serviço dos seus empregados, transcorrido anteriormente à criação da FAECES. Tal contrato foi averbado como tempo de contribuição efetiva, em conformidade com o que dispõe a Deliberação nº 1.812/94 aprovada pelo Conselho de Administração da CESAN em sua 514ª Reunião.

Em 17 de janeiro de 2008 foi assinado termo aditivo ao contrato de confissão de dívida com pacto adeto de caução entre a CESAN e a FAECES, no qual é confessada a dívida de R\$51.394 mil que deverá ser paga em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas a partir de janeiro de 2008, vencendo a última em 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente ao valor da parcela a amortizar, a CESAN obriga-se a pagar mensalmente, sobre o saldo devedor, uma taxa de juros de 6% (seis por cento) ao ano, acrescida do INPC-IBGE do mês anterior ao mês de competência de cada parcela.

Conforme solicitado pela NPC 26 do Ibracon "Contabilização de Benefícios a Empregados", a Companhia avaliou, em 31 de dezembro de 2009, os Planos de Benefícios Previdenciários da FAECES, referentes aos planos por ela patrocinados. Os resultados dessa avaliação foram apurados por atuário independente, que emitiu parecer utilizando-se do método da unidade de crédito projetado.

Em relação às hipóteses atuariais biométricas, foi adotada a Tábua de Mortalidade Geral AT-83 com três anos de agravamento em substituição à Tábua AT-49. Os benefícios de aposentadoria e pensão foram avaliados adotando o Regime de Capitalização, na forma definida pelo Método de Crédito Unitário Projetado, e o Pecúlio Morte e o Resgate de Contribuição pelo Regime de Repartição Simples. O ônus decorrente da implantação da Tábua AT-83 foi absorvido pelo superávit acumulado existente, não existindo nenhuma transferência de custos para os participantes e patrocinador.

Apresenta-se, a seguir, a demonstração do número de participantes por tipo de plano:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Participantes Ativos	1.326	1.245	971
	1.326	1.245	971
Participantes Assistidos:			
Aposentados	624	557	516
Pensionistas	128	113	111
Outros	5	7	10
	757	677	637
Total	2.083	1.922	1.608

Na qualidade de patrocinadora, a CESAN contribui com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes da FAECES de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios, sendo o percentual máximo de contribuição da Companhia limitado a 3,81% da folha de salários dos colaboradores. No exercício de 2010, a CESAN contribuiu com R\$2.940 mil (R\$3.178 mil em 2009).

100% dos moradores com água tratada nas áreas urbanas



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

18. CRÉDITOS DE ACIONISTAS

O saldo em 31 de dezembro está assim demonstrado:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Créditos monetários de acionistas	65.000	60.000	60.000
Créditos do projeto águas limpas	211.149	139.294	65.208
Total	276.149	199.294	125.208

Em 2005 iniciaram-se as obras do Projeto Águas Limpas com recursos próprios da CESAN e, em contrapartida, do Governo do Estado. O saldo registrado na rubrica de créditos de acionistas refere-se à contrapartida do Governo do Estado no referido projeto.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A companhia é controlada pelo Estado do Espírito Santo, que detém 99,51% das ações da sociedade. Os 0,49% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

Além do saldo decorrente dos investimentos realizados pelo Governo do Estado no Projeto Águas Limpas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 18, as demais transações com partes relacionadas são decorrentes do fornecimento de água e dos serviços de esgotamento sanitário para os órgãos ligados à administração pública do Estado.

Os saldos e operações com partes relacionadas são relacionadas a preços e condições considerados pela Administração como compatíveis com os praticados no mercado, excetuando-se a forma de liquidação financeira, que poderá acontecer através de negociações especiais (encontro de contas).

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1. Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2010, é de R\$848.280 mil, representado por 848.279.857 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$1,00 (hum real) cada.

Acionistas	Quantidade de ações	%
Governo do Estado do Espírito Santo	629.592.335	74,22
Agência de Desenvolvimento em Redes do Espírito Santo	211.999.317	24,99
Minoritários	6.688.205	0,79
	848.279.857	100,00

20.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6404/76 e artigo 30 letra "a" do Estatuto Social da Companhia.

20.3. Dividendos

Os juros a pagar a acionistas, calculados nos termos da Lei nº 9.249/95, foram registrados no resultado do exercício, na rubrica "Despesas financeiras", conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio estão apresentados a débito de lucros acumulados.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei e de seu Estatuto Social, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995 e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas e como remuneração do capital próprio.

Para atender a essa disposição estatutária, a Administração entende que os juros sobre capital próprio propostos cobrem o montante requerido, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Lucro líquido do exercício	62.414	70.308	43.827
Reserva legal (5%)	(3.121)	(2.634)	(2.191)
Realização da reserva de reavaliação	4.239	14.167	5.114
Base de cálculo dos dividendos	63.532	81.841	46.750
Dividendos (25%)	15.883	20.460	11.688
Juros sobre capital próprio	30.900	23.000	21.000
Imposto de renda retido na fonte	(25)	(19)	(19)
Valor líquido para distribuição	30.875	22.981	20.981

20.4. Reserva para investimentos

De acordo com o Estatuto da Companhia, aprovado em 24 de abril de 2005, em seu artigo 30, parágrafo 1º, letra "c", o lucro do exercício poderá ser destinado à constituição de reservas especiais a serem estabelecidas pela Assembleia Geral.

A Administração da Companhia destinou o montante de R\$32.632 para constituição de Reserva para Investimentos, para a execução de planos de investimentos no pressuposto de aprovação em Assembleia Geral.

A reserva para investimentos constituída no exercício de 2009, no montante de R\$41.203, foi destinada ao aumento do capital social da Companhia.

20.5. Remuneração dos empregados e administradores

De acordo com o que estabelece o artigo 3º do Decreto nº 95.524 de 21 de dezembro de 1977, foram computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos às seguintes remunerações mensais (base - dezembro de 2010) pagas aos empregados e administradores:

	31/12/2010	31/12/2009
Maior remuneração - em reais	14.617	13.456
Menor remuneração - em reais	738	694

A Administração da Companhia, em consonância com o Estatuto Social, artigo 30 letra "d" do Estatuto Social da CESAN, distribui a seus empregados um percentual do lucro líquido do exercício, como participação dos empregados nos lucros da Companhia, intitulado GER - Gestão Estratégica por Resultados. O GER consiste num programa interno de avaliação de desempenho baseado na Lei nº 10.101/2000 e aprovado pela Deliberação nº 3210/2006, que gera base para o valor da remuneração dos empregados. Em 2010, a base foi de 1,0 a 2 salários-base, respeitada a lotação e proporcionalidade mensal para os empregados admitidos e desligados no exercício de 2010.

A Companhia destinou, do resultado apurado em 31 de dezembro de 2010, o montante de R\$4.283 (R\$6.140 em 2009) para fazer face a esse compromisso.

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Número de ligações		Valores em R\$ mil	
	2010	2009	2010	2009
Fornecimento de água				
Residencial	489.235	476.551	240.934	228.104
Comercial	22.900	22.092	44.859	42.165
Industrial	1.266	1.265	47.677	43.466
Órgãos públicos	7.491	7.419	27.359	24.703
Outras receitas do fornecimento de água	-	-	5.604	3.515
	520.892	507.327	366.433	341.953
Serviços de esgotamento sanitário				
Residencial	120.173	114.126	53.190	48.453
Comercial	7.296	6.877	8.524	7.791
Industrial	485	513	1.380	1.218
Órgãos públicos	1.799	1.656	3.101	2.824
Outras receitas dos serviços de esgoto	-	-	87	91
	129.753	123.172	66.282	60.377

(-) Deduções da receita

PASEP	(4.398)	(4.051)
COFINS	(20.222)	(18.623)
	(24.619)	(22.674)
Total	408.096	379.656

22. RESULTADO FINANCEIRO

As receitas e despesas financeiras estão demonstradas como segue:

	31/12/2010	31/12/2009
Despesas c/ juros e demais encargos de financiamentos	(22.277)	(17.757)
Taxas de serviços e demais tributos fiscais	(11.486)	(4.138)
Receita de acréscimos por imputabilidade de tarifas	6.248	3.702
Resultado de variação cambial ativa	1.072	4.137
	(26.443)	(14.054)

23. DESPESAS COMERCIAIS

As despesas comerciais estão demonstradas como segue:

	31/12/2010	31/12/2009
Despesas gerais e administrativas da unidade	(24.691)	(24.417)
Perdas no recebimento de tarifas	(33.343)	(29.829)
Reversão de perdas	6.583	6.823
	(51.451)	(47.423)

24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2010	31/12/2009
Despesas com pessoal	(35.259)	(46.480)
Despesas com materiais	(1.823)	(1.497)
Despesas com serv. de terceiros	(21.414)	(22.440)
Outras despesas	(10.911)	(2.620)
	(69.407)	(73.037)

25. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	31/12/2010	31/12/2009
Resultado de Construções (nota 11)	1.725	833
Reversões para ajuste do ICPC-01	13.276	12.104
Doações e Contribuições Recebidas	3.397	557
Ganho atuarial	-	11.144
Demais receitas	4.805	10.729
	23.203	35.367

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

26.1. Imposto de renda do exercício

O valor registrado como despesa de imposto de renda nas demonstrações financeiras está calculado conforme demonstrado a seguir:

	2010	2009
Lucro antes da JSCP e participação dos empregados	71.775	83.946
Juros sobre o capital próprio	(30.900)	(23.000)
Participação dos empregados	(4.283)	(6.140)
Lucro antes dos impostos e contribuições	36.592	54.806
Adições		
RTT	1.916	2.307
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	787
Depreciação de bens reavaliados	6.400	7.740
Atualização de IRPJ sob JUDGE	1.732	1.868
Provisão para ajuste atuarial	-	-
Outras adições	16.701	958
	26.749	13.660
Exclusões		
RTT	(20.692)	(23.135)
Pagamentos efetuados à FAECES	(4.521)	(4.127)
Reversão provisão para ajuste atuarial	-	(11.144)
Reversão da provisão para débitos trabalhistas	(1.404)	(972)
Outras exclusões	(698)	(25)
	(27.315)	(39.403)
Subtotal	36.026	29.063
Compensação de prejuízo fiscal	(10.807)	(8.719)
Base de cálculo	25.219	20.344
Alíquota - 15%	3.782	3.052
Alíquota - 10%	2.498	2.010
IR diferido e (-) IR sobre a reserva de reavaliação	(3.118)	309
Incentivos fiscais	(204)	(182)
	2.958	5.189

26.2. Contribuição social do exercício

O valor registrado como despesa de contribuição social nas demonstrações financeiras está calculado conforme demonstrado a seguir:

	2010	2009
Lucro antes da JSCP e participação dos empregados	71.775	83.946
Juros sobre o capital próprio	(30.900)	(23.000)
Participação dos empregados	(4.283)	(6.140)
Lucro antes dos impostos e contribuições	36.592	54.806
Adições		
RTT	1.916	2.307
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	787
Depreciação de bens reavaliados	6.400	7.740
Atualização de IRPJ sob JUDGE	1.732	1.868
Provisão para ajuste atuarial	-	-
Outras adições	16.701	958
	26.749	13.660
Exclusões		
RTT	(20.692)	(23.135)
Pagamentos efetuados à FAECES	(4.521)	(4.127)
Reversão provisão para ajuste atuarial	-	(11.144)
Reversão da provisão para débitos trabalhistas	(1.404)	(972)
Outras exclusões	(698)	(25)
	(27.315)	(39.403)
Subtotal	36.026	29.063
Compensação de prejuízo fiscal	(10.807)	(8.719)
Base de cálculo	25.219	20.344
Alíquota - 9%	2.269	1.831
CSL diferida (-) CSL sobre a reserva de reavaliação	(149)	478
	2.120	2.309

27. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia não mantém contratos de seguros para coberturas de eventuais perdas decorrentes de incêndios e outros multiriscos sobre seus ativos e responsabilidades.

Não ocorreram durante o exercício perdas significativas decorrentes dos riscos acima mencionados.

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS (NÃO AUDITADO)

A Companhia possui dois segmentos de negócios, que são distribuição de água tratada e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais direta e indiretamente alocadas a esses segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio.

Composição	2010			2009		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Receita bruta dos serviços	366.433	66.282	432.715	341.953	60.377	402.330
(-) Impostos sobre serviços	(20.848)	(3.771)	(24.619)	(19.272)	(3.403)	(22.675)
Receita líquida dos serviços	345.585	62.511	408.096	322.681	56.974	379.655
Custo dos serviços prestados	(156.551)	(55.672)	(212.223)	(145.651)	(50.911)	(196.562)
Lucro bruto	189.034	6.839	195.873	177.029	6.064	18.093
Despesas operacionais	(110.423)	(19.974)	(130.397)	(111.618)	(19.708)	(131.326)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	78.610	(13.134)	65.476	65.411	(13.644)	51.767

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis de aplicações financeiras, contas a receber constantes no balanço patrimonial, quando comparados aos valores que poderiam ser obtidos na sua negociação com terceiros ou, na ausência destes, quando comparados com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante esse exercício, a CESAN não realizou operações com derivativos.

a. Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado foram calculados conforme o valor presente dos instrumentos financeiros, considerando a taxa de juros praticada pelo mercado para operações de riscos e prazos similares.

b. Concentração de risco de crédito

As contas a receber são bastante pulverizadas e correspondem a um grande número de clientes. Portanto, não se concentram em alguns clientes, minimizando o risco de crédito em com os procedimentos de controle.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisões julgadas suficientes pela Administração da Companhia para fazer face a eventuais perdas na realização.

c. Moeda estrangeira

Os financiamentos em moeda estrangeira destinam-se a obras de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. A CESAN não realizou operações de proteção cambial para esses financiamentos.

d. Gestão de Risco Financeiro

d.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A exposição da Companhia ao risco de câmbio ocorre devido ao fato de uma parcela significativa de seu endividamento ser expressa em moeda estrangeira, principalmente o dólar, mesmo com a Companhia gerando suas receitas operacionais em Reais. A Companhia também está exposta ao risco de taxa de juros devido a variações nas taxas de juros que afetam as despesas financeiras líquidas.

A Companhia não utilizou instrumentos derivativos, ainda que possa contratar operações de câmbio futuro e financiamento em Reais para reduzir o risco cambial. Em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 janeiro de 2009, a Companhia não registrou operações de câmbio futuro.

(a) Risco de mercado

Risco cambial

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, consequentemente, as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de "hedge" ou "swap" para se proteger desse risco.

Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A Companhia deve, por força da lei, aplicar seu caixa excedente junto

Vitória será a 1ª capital do país com 100% de esgoto tratado



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

a instituições financeiras controladas pelo Governo do Estado. Os riscos de crédito são atenuados pela venda a uma base de clientes geograficamente dispersa.

(c) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras dos governos estaduais e federais, e financiamentos nos mercados internacionais e locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais. Os financiamentos em moeda estrangeira destinam-se a obras de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. A CESAN não realizou operações de proteção cambial para esses financiamentos.

d.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Total de empréstimos e financiamentos	192.296	130.488	78.855
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(38.297)	(44.041)	(38.161)
Dívida líquida	153.999	86.447	40.694
Total do capital próprio	1.040.059	927.520	818.893
Capital total	1.789.315	1.568.788	1.302.551
Índice de alavancagem	41,87%	40,88%	37,13%

Em 31 de dezembro de 2010, o índice de alavancagem da Companhia aumentou para 41,87%, comparado com 40,88% em 31 de dezembro de 2009, e 37,13% em 1 de janeiro de 2009, devido aos investimentos realizados nos serviços de infraestrutura e na política de captação de recursos de terceiros.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

Neivaldo Bragato
Diretor-presidente

Carlos Eduardo F. Saleme
Diretor de Operação Metropolitana

Carlos Fernando Martinelli
Diretor de Operação do Interior

Anselmo Tozi
Diretor de Meio Ambiente

Ricardo Maximiliano Goldschmidt
Diretor de Relações com o Cliente

Edmar José Zorzal
Gerente Financeiro e Contábil

Silvana Ciqueira Alves Menegaz
Contadora CRC ES012257/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
CESAN - Companhia Espírito Santense de Saneamento
Vitória - ES

Examinamos as demonstrações contábeis da CESAN - COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigên-

cias éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes,

a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação está sendo realizada de forma voluntária pela Companhia. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2011

Antônio de Pádua Soares Pelicarp
Sócio-contador
CRC MG27739/O-3 "S" ES

BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-S "S" ES

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, tendo examinado o Balanço Patrimonial da CESAN, e com base no parecer da Auditoria Externa - BDO Auditores Independentes, cujo ativo e passivo importam em R\$ 1.803.248 (um bilhão, oitocentos e três milhões e duzentos e quarenta e oito mil reais), as respectivas Demonstrações de Resultado, as Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, inclusive as Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, manifestaram-se favoráveis, recomendando neste sentido, a sua aprovação integral pela Assembleia Geral Ordinária.

Vitória, 24 de março de 2011.

Edson Luiz Bermudes Ferreira
Conselheiro

Miguel dos Santos Costa
Conselheiro

Sérgio da Cunha Rodrigues
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO DE 2010

Os membros do Conselho de Administração da Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, em reunião realizada nesta data, procederam ao exame do Balanço Patrimonial e respectivas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, cujo Ativo/Passivo soma o montante de R\$ 1.803.248 (Um bilhão, oitocentos e três milhões, duzentos e quarenta e oito mil reais), aprovaram e opinaram pela sua aprovação, com base no Parecer da Auditoria Externa Independente.

Vitória, 31 de março de 2011.

Iranilson Casado Pontes
Presidente do C.A.

Neivaldo Bragato
Conselheiro

Paulo Ruy Valim Carnelli
Conselheiro

Elizabeth Maria Dalcolmo Simão
Conselheira

José Alves Paiva
Conselheiro

Leopoldino Batista Neto
Conselheiro

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, a Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN apresenta as Demonstrações Financeiras, os Pareceres do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, e o Relatório da Auditoria Independente, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2011	31/12/2010	Passivo	Nota	31/12/2011	31/12/2010
			Reclassificado				
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa.....	4	32.107	30.811	Fornecedores.....	12	37.299	40.678
Créditos e contas a receber de usuários.....	5	76.757	73.155	Empréstimos e financiamentos.....	13	20.372	8.972
Estoques de Materiais.....		3.279	3.403	Juros sobre capital próprio.....	21.4	18.987	30.875
Adiantamento a empregados.....		3.706	3.237	Participação de empregados.....	21.6	7.940	4.283
Impostos a recuperar.....	6	7.849	5.447	Contribuições para FAECES.....	17	4.606	6.115
Outros créditos a receber.....		2.282	1.321	Impostos e contribuições a recolher.....	14	18.946	12.390
Total do ativo circulante.....		125.980	117.374	Provisão para férias e encargos.....		14.235	9.872
Não circulante				Provisão para contingências.....	15	1.199	196
Realizável a longo prazo				Outras contas a pagar.....		2.449	3.156
Créditos e contas a receber de usuários.....	5	4.775	4.775	Total do passivo circulante.....		126.033	116.538
Depósitos judiciais.....	15.1	26.445	17.584	Não circulante			
Impostos a recuperar.....	6	187	187	Empréstimos e financiamentos.....	13	203.522	181.324
Impostos diferidos.....	7	21.899	22.474	Impostos e contribuições a pagar.....	16	46.702	45.184
Aplicações financeiras - depósito em garantia....	8	8.263	7.486	Impostos diferidos.....	7	64.482	66.873
Contratos de concessões indenizáveis.....	11	66.126	40.404	Provisão para contingências.....	15	33.914	29.537
		127.695	92.910	Contribuições para FAECES.....	17	26.864	30.728
Investimentos.....		95	95	Créditos de acionistas.....	18	260.785	276.149
Imobilizado.....	9	36.645	31.706	Subvenções para investimento.....		3.596	2.882
Intangível.....	10	1.689.109	1.561.162	Outras contas a pagar.....		50	42
Total do ativo não circulante.....		1.853.544	1.685.873	Total do passivo não circulante.....		639.915	632.719
Total do Ativo.....		1.979.524	1.803.247	Patrimônio líquido.....			
				Capital social.....	21.1	1.027.087	848.280
				Reserva de lucros.....		61.229	75.808
				Reserva de reavaliação.....		125.260	129.902
				Total do patrimônio líquido.....		1.213.576	1.053.990
				Total do passivo e patrimônio líquido.....		1.979.524	1.803.247

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Nota	2011	2010		Nota	2011	2010
Receita líquida.....	22	441.472	408.096	Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos.....		61.570	84.878
Custos dos serviços de abastecimento de água.....		(125.739)	(121.410)	Despesas financeiras líquidas.....	23	(18.332)	(17.388)
Custos dos serviços de esgoto.....		(54.918)	(49.316)	Resultado antes dos impostos.....		43.238	67.490
Custos administrativos dos serv. de água e esgoto....		(42.009)	(41.498)	Imposto de renda.....	26	(7.018)	(2.958)
Custo dos serviços prestados.....		(222.666)	(212.224)	Contribuição social.....	26	(3.810)	(2.120)
Lucro bruto.....		218.806	195.872			(10.828)	(5.078)
Despesas comerciais.....	24	(51.914)	(51.451)	Resultado do exercício.....		32.410	62.412
Despesas administrativas.....	25	(95.980)	(59.268)				
Participação dos empregados.....	21.6	(7.940)	(4.283)				
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas.....		(1.402)	4.008				
		(157.236)	(110.994)				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

		Capital social	Reserva de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do patrimônio líquido
	Nota		Investimentos	Legal		
Saldo em 1º de janeiro de 2010		724.210	72.423	8.837	134.141	939.611
Lucro do exercício ajustado		-	-	-	62.412	62.412
Aumento de capital social		82.867	-	-	-	82.867
Absorção da reserva de investimentos		41.203	(41.203)	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação		-	-	-	(4.239)	4.239
Destinação do lucro						
Constituição da reserva legal	21.2	-	-	3.120	(3.120)	-
Constituição da reserva de investimento		-	32.631	-	(32.631)	-
Juros sobre capital próprio	21.4	-	-	-	(30.900)	(30.900)
Saldo em 31 de dezembro de 2010		848.280	63.851	11.957	129.902	1.053.990
Aumento de capital social	21.3	146.176	-	-	-	146.176
Absorção da reserva de investimentos	21.5	32.631	(32.631)	-	-	-
Lucro do exercício		-	-	-	32.410	32.410
Realização da reserva de reavaliação (líquidos dos impostos diferidos)		-	-	-	(4.642)	4.642
Destinação do lucro						
Constituição da reserva legal	21.2	-	-	1.620	(1.620)	-
Constituição da reserva de investimento	21.5	-	16.432	-	(16.432)	-
Juros sobre capital próprio	21.4	-	-	-	(19.000)	(19.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2011		1.027.087	47.652	13.577	125.260	1.213.576

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	2011	2010		2011	2010
Geração do valor adicionado			Valor adicionado recebido em transferência		
Receita dos serviços de abastecimento de água e esgoto	441.472	408.096	Dividendos de investimentos avaliados ao custo	17	5
PIS/COFINS	25.536	24.619	Receitas financeiras e variações monetárias ativas	10.357	9.813
Receita dos serviços de abastecimento de água e esgoto	467.008	432.715	Aluguéis	119	76
Outras receitas	3.861	10.716		10.493	9.894
Provisões diversas	(8.809)	(5.872)	Valor adicionado total a distribuir	243.796	254.487
Resultados não operacionais	(634)	(228)	Distribuição do valor adicionado		
	461.426	437.331	Empregados		
Geração do valor adicionado			Salários e encargos	106.335	95.553
Materiais consumidos	(15.469)	(15.099)	Participação dos empregados nos lucros	7.940	4.283
Serviços consumidos e outros custos	(109.630)	(92.352)	Planos de aposentadoria e pensão	3.151	2.306
Energia e outras despesas operacionais	(42.811)	(47.581)	Assistência médica e odontológica	5.240	5.585
	(167.910)	(155.032)		122.667	107.727
Retenções			Governo	45.992	35.410
Depreciação e amortização	(60.213)	(37.706)	Financiadores	42.726	49.037
	(60.213)	(37.706)	Acionistas	19.000	30.900
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	233.303	244.593	Lucros retidos	13.411	31.513
				243.796	254.587

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	2011	2010		2011	2010
		Reclassificado			Reclassificado
Resultado do exercício	32.410	62.412	Aumento (redução) nos passivos:		
Ajustes do resultado do exercício			Fornecedores	(3.379)	(27.030)
Depreciação e amortização	60.213	37.706	Salários, férias e encargos sociais	4.362	(1.826)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	3.268	Impostos e contribuições	6.273	(4.465)
Variações monetárias e cambiais líquidas dos ativos e passivos	1.088	(139)	Contribuições à FAECES	(5.373)	(4.592)
Lucro na Alienação de imobilizado	154	(231)	Outros	(699)	1.046
Baixas do Ativo Intangível	-	152		1.184	(36.867)
Provisão para Contingência	4.789	(2.047)	Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	50.493	22.600
Participação dos empregados	7.940	4.283	Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Juros sobre capital próprio	19.000	30.900	Aquisição de ativo intangível	(191.167)	(251.674)
Constituição de PCLD	707	6.562	Recebimento de venda do imobilizado	469	360
Receita de Construção	(1.451)	(1.725)	Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(190.698)	(251.314)
Ajuste a valor presente	-	(4.978)	Fluxo de caixa atividades de financiamentos		
Outras Receita não monetárias	(1.104)	(1.296)	Obtenção empréstimo bancário	32.511	59.947
	91.336	72.455	Juros sobre Capital Próprio	(155)	(139)
Redução (aumento) nos ativos:			Participação de empregados	(4.283)	(6.140)
Contas a Receber de Clientes	(4.309)	(1.793)	Crédito de acionistas	(15.364)	76.855
Estoque de material	123	198	Aumento Subvenções para investimentos	714	934
Despesas antecipadas	(469)	10	Aplicações financeiras em garantia	(776)	(7.485)
Impostos a recuperar	(1.827)	(639)	Aumento de patrimônio líquido	96.444	29.100
Contratos de Concessões Indenizáveis	(25.722)	(7.343)	Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	109.091	153.072
Outros	(9.823)	(3.421)	Aumento (redução) no caixa e equivalentes	1.296	(13.230)
	(42.027)	(12.988)	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	30.811	44.041
			Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	32.107	30.811
			Aumento (redução) no caixa e equivalentes	1.296	(13.230)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, com sede na cidade de Vitória - ES, foi criada por meio da Lei nº 2.282 de 8 de fevereiro de 1967, alterada pela Lei nº 2.295 de 13 de julho de 1967 e regulamentada pelo Decreto nº 4.809 de 20 de setembro de 1993.

A CESAN é uma empresa de economia mista, enquadrada no Regime Jurídico de Direito Privado Brasileiro como uma sociedade anônima de capital fechado, sendo seu acionista majoritário o Governo do Estado do Espírito Santo. Tem como missão prestar serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de forma sustentável, buscando a satisfação da sociedade, dos clientes, acionistas e colaboradores.

A Companhia atua na captação, tratamento e distribuição de água, e na coleta e tratamento de esgotos no Estado do Espírito Santo, mediante delegação do Governo do Estado e de contratos de concessão com os municípios nos quais atua. Sua atividade compreende também a realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações e ampliação de redes.

De um total de 78 (setenta e oito) municípios do Estado do Espírito Santo, a CESAN opera em 52 (cinquenta e dois), inclusive os 7 (sete) municípios da região metropolitana da Grande Vitória. As principais concessões da Companhia possuem os seguintes prazos de vencimento:

Localidade	Concessões de água		Concessões de esgoto		Término da Concessão
	N.º de ligações (*)	2011	N.º de ligações (*)	2010	
Serra	103.336	101.819	40.833	40.085	7/3/2055
Vila Velha	89.027	88.948	19.843	19.531	7/3/2055
Cariacica	84.829	84.740	15.628	15.003	7/3/2055
Vitória	55.931	55.561	10.784	9.932	7/3/2055
Guarapari	27.484	27.193	6.070	5.929	7/3/2055
Viana	14.640	14.495	5.406	5.259	7/3/2055
Nova Venécia	9.513	9.116	5.240	5.102	20/7/2039
Barra do São Francisco	8.711	8.591	4.322	4.311	3/7/2022
Conceição da Barra	8.620	8.483	3.732	3.383	2/5/2022
Piúma	8.531	8.440	2.830	2.775	10/10/2022

Em média, os serviços da Companhia cobrem mais de 70% do Espírito Santo e 98% de todas as localidades por ela atendidas.

As empresas de saneamento básico têm gestão sujeita às decisões de cada Governo Estadual, por estarem inseridas na política macroeconômica do Governo, e suas tarifas sob condução da Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo.

A CESAN, em linha com a política do Governo do Estado do Espírito Santo, seu acionista controlador que tem como uma de suas metas priorizar o social, vem desenvolvendo programas de investimentos para expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

(*) Informação não auditada pelo auditores independentes

2 BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações dos resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 18 de abril de 2012.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis.

e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas a respeito de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na Nota 15 – Provisão para Contingências.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

b. Instrumentos financeiros

Ativos Financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados, sendo reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os valores contábeis de aplicações financeiras, contas a receber constantes no balanço patrimonial, quando comparados aos valores que poderiam ser obtidos na sua negociação com terceiros ou, na ausência destes, quando comparados com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Na posição de 31 de dezembro de 2011 não existem contratos de operações com derivativos.

Ativos Financeiros

Classificação

Os ativos financeiros são classificados sob a categoria de empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de fechamento do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e demais contas a receber.

Contas a receber

(i) De clientes

Refere-se às contas de créditos com os usuários pelo fornecimento de água e pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário e demais serviços correlatos. Incluem, também, créditos por fornecimentos prestados e não faturados até a data do balanço para atendimento ao princípio de reconhecimento de receita.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável, constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência (devido há mais de 180 dias) são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis. Adicionalmente

a Companhia constitui a provisão dos demais títulos vencidos dos clientes que compõem a base de reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

É calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir potenciais perdas nas contas a receber. Contas a receber de valores até R\$ 5 são consideradas perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixadas contra o resultado na rubrica "Despesas comerciais".

Provisão Complementar

A administração constitui provisão complementar para outros créditos a vencer e vencidos há menos de 180 dias, para clientes que possuem fatura(s) inserida(s) na provisão para devedores duvidosos.

(ii) Do poder concedente das concessões

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas no ativo não circulante considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As aplicações financeiras são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescidas de rendimentos apropriados *pro rata temporis* até a data do balanço.

Passivos Financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis às suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Companhia são mensurados pelo custo amortizado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures e outras contas a pagar.

Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são compromissos vencíveis em um prazo máximo de 30 (trinta dias).

Empréstimos e financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas. Os empréstimos são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo.

Apresentação pelo líquido

Passivos e ativos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Imobilizado

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, o custo do item possa ser mensurado com segurança e a vida útil econômica for superior a 12 meses. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é realizada pela vida útil estimada de cada bem, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas abaixo.

Classes de Ativos	%
Edificações e estruturas	4
Móveis e utensílios	10
Veículos e equipamentos de transportes	20
Máquinas e equipamentos	10
Equipamentos - Laboratório	10
Computadores e periféricos	20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados periodicamente e ajustados, se apropriado, ao início de cada exercício, de forma prospectiva.

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e edificações da Companhia.

O valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo ou do grupo de ativos ao qual pertence for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outros ganhos/perdas, líquidos" na demonstração do resultado.

d. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e impostos de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

e. Ativos intangíveis

(i) Concessões

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecido conforme item "n" desta nota, e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou seja, o prazo final da concessão ou a vida útil do ativo subjacente, dos dois o menor. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica em que os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

(ii) Licenças de software

As licenças de software adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para sua obtenção e para que elas estejam prontas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada de cinco anos.

f. Estoques de materiais

Os estoques de materiais são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Os estoques de materiais estão classificados no ativo circulante, enquanto aqueles destinados a projetos são classificados no ativo intangível.

g. Benefícios a empregados

(i) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

(ii) Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não um plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do

valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

A Companhia possui os seguintes planos de benefícios a empregados, em síntese: planos de aposentadoria (normal, antecipada, por invalidez) e pensão por morte, assistência médica.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final.

(iii) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago a participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, provisões são descontadas a valor presente utilizando-se a taxa de juros antes do imposto corrente que reflete, quando for o caso, os riscos específicos inerentes à obrigação. Quando o desconto for utilizado, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como uma despesa financeira.

i. Receita operacional

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(i) Serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

(ii) Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente inter-relacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global; e iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção, segundo o método de percentagem de conclusão. O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico-financeiro de cada contrato.

	2011	2010
Subcontratações.....	1,7%	1,7%
Materiais de obras.....	4%	4%
Supervisão de contratos - Divisão de Expansão.....	12%	12%
Juros.....	12%	12%

j. Subvenção e assistência governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. Estas são registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

A CESAN recebe repasses a fundo perdido sob contra-ordem de investimentos nos sistemas de água e esgoto em determinadas localidades e/ou regiões. Os valores são reconhecidos como receita quando do efetivo recebimento.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre impontualidade nos recebíveis e de juros sobre aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação

de ativos disponíveis para venda, e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

I. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado.

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescido de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 anuais.

A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, por meio da aplicação da alíquota de 9%.

(i) Imposto de renda corrente

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, a posição assumida em declarações de impostos com relação a situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

(ii) Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço considerando as diferenças entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil apurado dos ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que toda ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto esperada aplicável no ano em que estima-se que o ativo seja realizado ou que o passivo seja liquidado, baseado nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) promulgadas na data do balanço.

m. Distribuição de Dividendos

A Companhia distribui seus dividendos na forma de juros sob o capital próprio. Os juros a pagar a acionistas, calculados nos termos da Lei nº 9.249/95, foram registrados no resultado do exercício, na rubrica "Despesas Financeiras", conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio estão apresentados ao débito de lucros acumulados, contudo os efeitos fiscais ficam registrados no resultado.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei e de seu Estatuto Social, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995 e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas e como remuneração do capital próprio.

Para atender a essa disposição estatutária, a Administração entende que os juros sobre capital próprio propostos cobrem o montante requerido, conforme demonstrado na nota 21.

n. Capital Social

As ações são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

o. Contratos de Concessão

A Companhia possui contratos de concessão de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário com 52 localidades do Estado do Espírito Santo. Os novos contratos de concessão são firmados com cada município (exceto região metropolitana da Grande Vitória), por períodos fixos em 30 anos.

Até a data de 31 de dezembro de 2011, não foi registrado nenhuma mudança nas cláusulas contratuais que afetasse de forma significativa a relação entre a CESAN e os municípios concedentes.

A Companhia não possui contratos onerosos que trouxessem impactos nos seus resultados ou nos seus ativos financeiros.

O sistema de tarifação para o abastecimento de água e esgotamento sanitário é controlado pela Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo - ARSI-ES e é revisado anualmente (normalmente no mês de julho), tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, considerando tanto os investimentos efetuados como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários, tendo como base o volume de água consumido e esgoto coletado multiplicado pela tarifa autorizada.

p. Custos dos empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo qualificável são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo durante a execução da obra. Todos os demais custos de empréstimo após a conclusão da obra são registrados em despesa no período em que ocorrerem. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. Estes custos são capitalizados enquanto houver um ativo qualificável vinculado aos mesmos.

Conforme permitido pela ICPC 01, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos nos ativos intangíveis relacionados aos serviços de construção relacionados aos contratos de concessão de serviços públicos.

q. Partes relacionadas

A Companhia reconhece como parte relacionada, as transações financeiras mantidas com o pessoal-chave da Administração, com o seu acionista majoritário e com as empresas ou órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, desde que haja com essas empresas ou órgãos relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

r. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às demonstrações financeiras preparadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

s. Reclassificações

Para fins de comparabilidade, o saldo de aplicações financeiras (depósito em garantia) no montante de R\$ 7.486, que no ano de 2010 estava classificado no ativo circulante na rubrica "caixa e equivalentes de caixa", foi reclassificado para o ativo não circulante na rubrica "aplicações financeiras - depósito em garantia", conforme nota explicativa 8. Esta reclassificação teve impacto na apresentação do saldo inicial e final do caixa e equivalentes de caixa na Demonstração do Fluxo de Caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades estão demonstradas como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
		Reclassificado
Caixa	74	36
Bancos - conta movimento	11.027	6.208
Aplicações financeiras curto prazo - Equivalentes de caixa	21.006	24.567
Total	32.107	30.811
Aplicações Financeiras	2011	2010
		Reclassificado
Banestes	12.461	-
Banco do Brasil	-	1.540
Caixa Econômica Federal	8.545	23.027
Total	21.006	24.567

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários remunerados a taxas que variam entre 98,5% e 99% do fundo DI

5 CRÉDITOS E CONTAS A RECEBER DE USUÁRIOS

	31/12/2011			31/12/2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Valores a receber de usuários	75.163	4.775	79.938	74.617	4.775	79.592
Valores a receber de parte relacionada	260	-	260	23	-	23
Consumo não faturado	19.521	-	19.521	17.451	-	17.451
Total Contas a Receber	94.944	4.775	99.719	92.291	4.775	97.066
Arrecadação a discriminar	(2.378)	-	(2.378)	(4.774)	-	(4.774)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(15.809)	-	(15.809)	(14.362)	-	(14.362)
	(18.187)	-	(18.187)	(19.136)	-	(19.136)
76.757	4.775	81.532	73.155	4.775	77.930	

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	31/12/2011	31/12/2010
Valores a Faturar	19.521	17.451
Valores faturados		
A vencer (circulante + não circulante)	29.330	27.165
Vencidos até 30 dias	13.021	12.138
Vencidos de 31 a 60 dias	6.254	6.636
Vencidos de 61 a 90 dias	4.391	4.183
Vencidos de 91 a 120 dias	3.615	3.588
Vencidos de 121 a 150 dias	3.383	3.595
Vencidos de 151 a 180 dias	2.782	2.881
Vencidos acima de 180 dias	6.062	7.434
	68.838	67.620
Parcelamentos a vencer	11.360	11.995
Total	99.719	97.066

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 27.709 (R\$ 26.760 em 31.12.2010) como perda efetiva do seu contas a receber diretamente no resultado do exercício.

	2011	2010
Em 1º de janeiro.....	14.362	7.256
Provisão para perdas de contas a receber.....	29.156	33.866
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis.....	(27.709)	(26.760)
Em 31 de dezembro.....	15.809	14.362

A exposição da companhia a riscos de crédito esta divulgada na nota explicativa 19.

5.1 Contas a Receber de Partes Relacionadas

Os valores relativos a contas a receber com partes relacionadas, conforme letra "q", do item 3, estão assim demonstrados:

Nome	31/12/2011	31/12/2010
Depto Estradas de Rodagem.....	2	2
Polícia Civil Delegacias Distritos.....	12	12
Polícia Militar do Estado do Esp. Santo.....	8	9
Secr. Estadual da Justiça.....	237	-
Secr. Estadual do Governo.....	1	-
Total.....	260	23

6 IMPOSTOS A RECUPERAR

6.1. Circulante

Os impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	31/12/2011	31/12/2010
Imposto de renda antecipado (a).....	4.352	3.421
Contribuição Social (a).....	1.568	1.282
COFINS antecipado Lei nº 9.430/96.....	1.177	317
PASEP Lei nº 9.430/96.....	490	229
Contribuições previdenciárias.....	263	198
Total.....	7.849	5.447

(a) Os valores de imposto de renda e contribuição social antecipados referem-se à apuração anual demonstrada na nota explicativa nº 26.

6.2. Não Circulante

	31/12/2011	31/12/2010
Imposto de renda.....	138	138
Contribuição social.....	49	49
Total.....	187	187

7 IMPOSTOS DIFERIDOS

Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social reconhecidos no ativo não circulante correspondem ao saldo do ajuste de avaliação patrimonial, decorrente da adoção inicial da Lei nº 11.638/2007 no exercício de 2008. Além disso, a Companhia registra o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, que serão reconhecidos na base de 30% do lucro real e da base de cálculo da contribuição social a ser apurado pela Companhia.

Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

	Ativos		Passivos		Líquidos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Contas de clientes - PDD						
Gerencial.....	11.970	11.263	-	-	11.970	11.263
Contingências Trabalhistas e Cíveis.....	12.047	12.925	-	-	12.047	12.925
Atualiz. Processos INSS.....	13.601	13.011	-	-	13.601	13.011
Atualiz. Processos Lucro						
Inflacionário.....	22.932	20.842	-	-	22.932	20.842
Reserva de reavaliação.....	-	-	(189.652)	(196.686)	(189.652)	(196.686)
Estatuto Atualiz. Faeces.....	332	332	-	-	332	332
Base - diferenças temporária.....	60.882	58.373	(189.652)	(196.686)	128.770	(138.313)
Impostos diferidos - diferença temporária.....	20.700	19.847	(64.482)	(66.873)	(43.782)	(47.026)
Base negativa de CSLL.....	13.329	29.189	-	-	13.329	29.189
Impostos diferidos - base negativa.....	1.200	2.627	-	-	1.200	2.627
Impostos ativos (passivos).....	21.899	22.474	(64.482)	(66.873)	(42.582)	(44.399)

Movimento em diferenças temporárias durante o ano

	Saldo em 31/12/2010	Reconhecido no pagamento	Reconhecido no patrimônio líquido	Saldo em 31/12/2011
Reserva de reavaliação.....	(66.873)	-	2.391	(64.482)
Diferenças temporárias.....	19.847	853	-	20.700
Base negativa de CSLL.....	2.627	(1.427)	-	1.200
Total.....	(44.399)	(574)	2.391	(42.582)

8 APLICAÇÕES FINANCEIRAS - DEPÓSITO EM GARANTIA

	31/12/2011	31/12/2010
		Reclassificado
Aplicações financeiras não circulante.....	8.263	7.486
Aplicações Financeiras.....	2011	2010
Banestes		
BNDES Garantia (a).....	4.824	6.036
Total.....	4.824	6.036
Banco do Brasil		
Garantia DMPL (b).....	1.457	1.324
Total.....	1.457	1.324
Caixa Econômica Federal		
Garantia CEF (c).....	1.982	126
Total.....	1.982	126
Total.....	8.263	7.483

a) Valor correspondente à garantia ao Contrato de Financiamento com o BNDES em Certificado de Depósito Bancário (CDB) com remuneração média de 99% do fundo DI.

b) Valor correspondente à garantia ao Financiamento DMPL. O recurso está aplicado em Certificado de Depósito Bancário (CDB) com remuneração média de 98,5% do fundo DI.

c) Valor correspondente à garantia aos Contratos de Financiamento da Caixa Econômica Federal. O recurso está aplicado em Certificado de Depósito Bancário (CDB) com remuneração média de 99% do fundo DI.

9 IMOBILIZADO

9.1 Composição dos Saldos

	Taxas anuais de depreciação %		31/12/2011		31/12/2010	
	Depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Total Líquido	Total	Líquido
Terrenos.....	-	3.740	-	3.740	3.740	
Edificações e estruturas.....	4	18.773	(5.444)	13.329	9.383	
Móveis e utensílios.....	10	5.874	(2.749)	3.125	3.142	
Veículos Equip. Transportes.....	20	12.933	(8.682)	4.251	3.681	
Máquinas e Equipamentos.....	10	7.285	(3.324)	3.961	2.561	
Equipamentos - laboratório.....	10	621	(413)	208	271	
Computadores e periféricos.....	20	15.196	(7.165)	8.031	8.928	
Total.....		64.422	(27.777)	36.645	31.706	

A depreciação do exercício apropriada ao resultado, foi de R\$ 6.354 (R\$ 5.827 em 2010) como despesa administrativa.

9.2 Movimentação do custo

	2010		2011	
	Saldo em 31/12/2009	Adições	Saldo em 31/12/2010	Saldo em 31/12/2011
Terrenos.....	3.740	-	3.740	3.740
Edificações e estruturas.....	12.640	1.539	14.179	18.773
Móveis e utensílios.....	4.946	893	5.839	5.874
Veículos equip. transportes.....	10.778	135	10.913	12.933
Máquinas e equipamentos.....	4.893	837	5.730	7.285
Equipamentos - laboratório.....	644	26	670	621
Computadores e periféricos.....	6.254	7.891	14.145	15.196
ETA.....	3	(3)	-	-
Total.....	43.898	11.321	55.219	64.422

As baixas tanto do exercício de 2010, quanto do exercício de 2011, referem-se ao sucateamento natural dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e por leilões.

10 INTANGÍVEL

10.1 Composição dos Saldos

Os sistemas são explorados de acordo com os contratos de concessão com os municípios, cujo prazo de concessão normal é de 30 anos. Findos os prazos, os contratos podem ser renovados ou não.

No caso de não renovação, o valor residual de ativos será indenizado à Companhia. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não tinha conhecimento de nenhuma intenção por parte dos municípios de interromper os referidos contratos de concessão antes de seu encerramento.

Em operação	Taxas de Amortiz. %	31/12/2011		31/12/2010	
		Custo	Amortização acumulada	Total Líquido	Total Líquido
Terrenos.....	-	26.893	-	26.893	25.438
Barragens/tomadas.....	4	28.824	12.266	16.558	15.491
Edificações e estruturas.....	4	6.278	1.117	5.161	2.821
Estações de bombas.....	4	58.469	15.769	42.700	36.103
Reservatórios.....	4	82.367	23.729	58.638	31.631
ETE.....	4	123.666	38.676	84.990	76.645
Tubulações.....	2	717.723	187.789	529.934	474.542
Linhas de transmissão.....	5	8	4	4	5
Ligações prediais.....	2	130.624	36.504	94.120	87.085
Móveis e utensílios.....	10	121	59	62	73
Veículos Equip. Transportes.....	20	175	102	73	105
Hidrômetros.....	10	54.504	22.902	31.602	35.164
Máquinas e Equipamentos.....	10	126.910	72.499	54.411	48.734
Equipamentos - laboratório.....	10	3.614	2.182	1.432	1.230
Computadores e periféricos.....	20	39	30	9	19
ETA.....	4	66.022	19.644	46.378	37.657
Softwares.....	20	22.357	10.963	11.394	15.806
Contratos de concessão.....	-	24.622	2.459	22.163	23.162
		1.473.216	446.694	1.026.522	911.911
Em andamento					
Almoxarifado para obras (a).....	-	26.047	-	26.047	26.270
Obras diversas (a).....	-	682.545	-	682.545	615.325
		708.592	-	708.592	641.595
Subtotal.....		2.181.808	446.694	1.735.114	1.553.506
Ajustes de aplicação ICPC-01					
Reclassificação p/ativo financ. não circulante.....	-	(66.126)	-	(66.126)	(40.404)
Reversão bens recebidos em doação.....	-	(24.028)	-	(24.028)	-
Reversão de amortiz. do período.....	-	31.288	-	31.288	36.650
Receita de construção incorporada.....	-	12.861	-	12.861	11.410
		(48.005)	-	(46.005)	7.656
Total.....		2.135.803	446.694	1.689.109	1.561.162

(a) Obras em andamento destinadas ao aumento da capacidade de produção para atender à demanda dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

A amortização do exercício apropriada ao resultado, foi de R\$ 53.859 (R\$ 31.879 em 2010).

10.2 Movimentação do custo

Intangível	Saldo em 31/12/2009	2010		Saldo em 31/12/2010	2011		Saldo em 31/12/2011
		Adições	Baixas		Adições	Baixas	
Terrenos.....	25.651	204	(417)	25.438	1.481	(26)	26.893
Barragens/tomadas.....	26.268	363	-	26.631	2.193	-	28.824
Edificações e estruturas.....	2.771	1.001	-	3.772	2.506	-	6.278
Estações de bombas.....	40.536	9.278	(5)	49.809	8.660	-	58.469
Reservatórios.....	45.878	6.915	-	52.793	29.574	-	82.367
ETE.....	104.451	6.523	-	110.974	12.692	-	123.666
Tubulações.....	604.043	48.209	(892)	651.360	68.300	(1.937)	717.723
Linhas de transmissão.....	8	-	-	8	-	-	8
Ligações prediais.....	116.720	4.700	-	121.420	9.204	-	130.624
Móveis e utensílios.....	992	-	(870)	122	1	(2)	121
Veículos Equip. Transportes.....	2.447	-	(2.272)	175	-	-	175
Hidrômetros.....	44.474	12.255	(3.708)	53.021	1.483	-	54.504
Máquinas e Equipamentos.....	104.703	9.381	(3.221)	110.863	16.274	(227)	126.910
Equipamentos - laboratório.....	3.106	349	(339)	3.116	522	(24)	3.614
Computadores e periféricos.....	1.333	3	(1.292)	44	-	(5)	39
ETA.....	54.005	942	-	54.947	11.075	-	66.022
Softwares.....	20.692	1.184	-	21.876	481	-	22.357
Contratos de concessão.....	24.622	-	-	24.622	-	-	24.622
Almoxarifado para obras.....	34.871	-	(8.601)	26.270	-	(223)	26.047
Obras diversas.....	458.603	156.723	-	615.326	67.219	-	682.545
Subtotal.....	1.716.174	258.030	(21.617)	1.952.587	231.665	(2.444)	2.181.808
Ajustes.....	(34.630)	-	(6.970)	(41.600)	-	(11.665)	(46.005)
Total.....	1.681.544	258.030	(28.587)	1.910.987	231.665	(14.109)	2.135.803

11 CONTRATO DE CONCESSÕES INDENIZÁVEIS

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2011, R\$ 66.126 como contas a receber do poder concedente (municípios), referente ao montante esperado de recebimento ao final das concessões (R\$ 40.404 em 31 de dezembro de 2010). Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital - WACC, atrelados às respectivas contas a receber.

Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos.

A receita de construção em concessões públicas de saneamento corresponde ao custo dos investimentos realizados pelo concessionário, acrescido de uma pequena margem de lucro. A CESAN realizou estudos com base estatística sobre seus contratos de terceirização de construções de obras, serviços, projetos e fiscalização, ponderando com o custo de oportunidade do capital, encontrando o percentual de 1,70% da margem de ganho sobre estes tipos de contratos.

Os resultados dos serviços de construção realizados pela Companhia, apurados conforme ICPC-01 e CPC-17, estão demonstrados abaixo:

	2011	2010
Receitas de Construção.....	10.240	6.330
Custos de construção.....	(8.789)	(5.433)
Total.....	1.451	897

Tais valores foram reconhecidos contabilmente no ativo intangível com contrapartida no resultado do exercício.

12 FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos da Companhia. Em 31 de dezembro os saldos estão assim demonstrados:

	31/12/2011	31/12/2010
Fornecedores de materiais.....	1.956	2.543
Fornecedores de serviços.....	35.343	38.135
Total.....	37.299	40.678

13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2011			31/12/2010		
	Circul.	Não circ.	Total	Circul.	Não circ.	Total
Em moeda nacional						
BNDES (c).....	3.575	45.966	49.541	-	48.035	48.035
BNDES - Águas Limpas (c).....	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil.....	-	-	-	-	-	-
CEF - Águas Limpas.....	-	-	-	-	-	-
CEF - Águas Limpas (a).....	14.219	124.877	139.096	5.756	112.423	118.179
	17.794	170.843	188.637	5.756	160.458	166.214
Em moeda estrangeira						
Banco do Brasil - DMLP (b).....	988	7.399	8.387	962	7.260	8.222
	988	7.399	8.387	962	7.260	8.222
Debêntures não conversíveis (d).....	-	23.561	23.561	-	13.595	13.595
Leasing (e).....	1.590	1.719	3.309	2.254	11	2.265
	1.590	25.280	26.870	2.254	13.606	15.860
Total.....	20.372	203.522	223.894	8.972	181.324	190.296

(a) Caixa Econômica Federal - Águas Limpas: empréstimo em fase de carência, financiado em 15 anos, com taxa de juros de 6,5% a.a. e 8% a.a.

(b) Banco do Brasil - DMLP: dívida em moeda estrangeira de médio e longo prazo, contraída com credores externos e transferida no ano de 1997 para o Tesouro Nacional, conforme determinam as Portarias MF 089/96 e 192/96. O último vencimento será no ano 2024. A taxa de juros é apurada semestralmente através de uma moeda cujo percentual está atrelado a variação do Dólar.

(c) BNDES - prazo estipulado para pagamento total em 24 anos (junho de 2023) sob vinculação de receita, com taxa de juros de 1,61% acrescido da TJLP vigente.

(d) Através da Assembleia de Acionistas do dia 14 de janeiro de 2010, ficou aprovada a primeira emissão de Debêntures Simples não conversíveis em ações, com lançamento privado, mediante subscrição exclusiva do BNDES - Banco de Desenvolvimento Econômico e Social. A previsão é de que sejam emitidas 1000 (mil) debêntures perfazendo um total de R\$ 44.000.000,00 (quarenta e quatro milhões de reais) divididas em 3 séries. A primeira com 280 Debêntures, a segunda com 300 Debêntures. A primeira série foi emitida em 26/07/2010 (280 debêntures), a segunda série foi emitida em 26/07/2010 (23 debêntures), 27/01/2011 (125 debêntures) e 03/10/2011 (55 debêntures). Para a segunda série até 31 de dezembro de 2011 203 Debêntures, restando ainda por emitir 93 Debêntures. A terceira série está autorizada, mas até 31/12/2011 não foi emitida.

Primeira série:

Data de aprovação para emissão 15 de janeiro de 2010
 Prazo 121 meses
 Carência do principal 36 meses
 Amortização 85 meses
 Vencimento final em 15 de fevereiro de 2020
 Remuneração TJLP + 2,34% a.a.
 Valor R\$ 12.320.000,00

Segunda série:

Data de aprovação para emissão 15 de janeiro de 2010
 Prazo 11 anos
 Carência do principal 48 meses
 Amortização 7 anos
 Vencimento final em 15 de fevereiro de 2020
 Remuneração IPCA + 2,34% a.a.
 Valor R\$ 13.200.000,00

Terceira série:

Data de aprovação para emissão 15 de janeiro de 2010
 Prazo 10 anos (121 meses)
 Carência do principal 36 meses
 Amortização 85 meses
 Vencimento final em 15 de fevereiro de 2020
 Remuneração TJLP + 2,34% a.a.
 Valor R\$ 18.480.000,00

Todas as emissões estão garantidas por 20% da arrecadação tarifária da Companhia, através de conta específica de livre movimentação, junto ao banco Banestes, cujo valor mensal mínimo é de R\$ 3.500.

Os recursos dessa emissão destinam-se exclusivamente ao financiamento de projetos institucionais da CESAN.

Sistema integrado de Gestão Corporativa ERP
 Controle e redução de Perdas
 Instalação e substituição de hidrômetros
 Instalação de nova sala-cofre
 Realização de estudos e projetos
 Sistema de informações geográficas corporativo (GIS)

Os empréstimos estão garantidos por crédito de receitas próprias, títulos de cobrança, recebíveis e notas promissórias.

(e) Trata-se de aquisição de veículos e computadores junto ao Banco do Estado do Espírito Santo – BANESES. A operação foi contratada à taxa de 1,2478% a.m., durante 36 meses.

Quebra de cláusulas contratuais (covenants)

A Companhia detém empréstimos bancários garantidos no montante de R\$ 223.894 em 31 de dezembro de 2011. De acordo com os termos dos contratos, esses empréstimos serão pagos em parcelas nos próximos 20 anos. Contudo, o contrato com o BNDES contém covenants que estabelecem garantia por 20% da arrecadação tarifária da Companhia, através de conta específica de livre movimentação, junto ao banco Banestes, cujo valor mensal mínimo é de R\$ 3.500, inexistindo bloqueio de valores. As cláusulas qualitativas estão relacionadas à manutenção durante a vigência das debêntures de cobertura de serviço da dívida igual ou superior a 2,25 até 2012, inclusive e igual ou superior a 1,75 a partir de 2013; dívida líquida / ebitda igual a 3,5; (investimentos – ajustes) / Receita operacional líquida igual ou inferior a 25% a partir de 2011 inclusive e margem ebitda igual ou superior a 30%. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas até 31 de dezembro de 2011.

14 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os impostos e contribuições a recolher estão assim demonstrados:

	31/12/2011	31/12/2010
ISS	1.418	2.417
Contribuição social	1.470	150
Contribuições retidas na fonte	434	271
PASEP	526	321
COFINS	2.424	1.507
INSS	3.560	4.067
FGTS	686	1.467
Salário-educação	573	893
Outras retenções e contribuições	2.434	14
Imposto de renda	5.421	1.263
Total	18.946	12.390

15 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**15.1 Processos com Probabilidade de Perda Provável**

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A CESAN mantém provisão contábil julgada suficiente de acordo com a posição dos assessores jurídicos para fazer face a questões trabalhistas e cíveis nas quais a Companhia é ré. Essas provisões estão apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, da seguinte forma:

	Depósitos judiciais		Provisão para contingências	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Cível (a)	7.053	1.370	1.470	774
Trabalhista (b)	19.468	16.214	15.782	11.689
Fiscal (c)	—	—	17.861	17.270
Total	26.521	17.584	35.113	29.733
Circulante	76	—	1.199	196
Não circulante	26.445	17.584	33.914	29.537

Movimentação das provisões

Circulante	31/12/2010	Adições	Baixas	31/12/2011
Trabalhista	196	4.316	(3.313)	1.199
Total	196	4.316	(3.313)	1.199
Não circulante				
Trabalhista	11.493	5.598	(2.508)	14.583
Cível	774	696	—	1.470
Fiscal	17.270	591	—	17.861
Total	29.537	6.885	(2.508)	33.914
Trabalhista	11.689	9.914	(5.821)	15.782
Cível	774	696	—	1.470
Fiscal	17.270	591	—	17.861
Total	29.733	11.201	(5.821)	35.113

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

- (a) A provisão cível refere-se a processos movidos por terceiros contra a Companhia decorrentes de demandas relacionadas a danos materiais e morais, desapropriações, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços da Companhia e à cobrança de serviços etc.
- (b) As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, adicional noturno, intervalo intra-jornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas.
- (c) Os valores referem-se a autos de infração do INSS em decorrência de fiscalizações realizadas. A Companhia vem contestando administrativa e judicialmente os referidos autos.

15.2 Processos com Probabilidade de Perda Possível

A Companhia discute outras ações para as quais tem expectativa de desfecho favorável. Para essas ações, não foi constituída provisão para fazer face a eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa.

Os processos em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

Natureza	31/12/2011	31/12/2010
Cível (a)	578	15.612
Trabalhista (b)	13.019	14.663
Total	13.597	30.275

Os detalhes sobre os processos com probabilidade de perda possível, são os seguintes:

- (a) Os processos cíveis referem-se a processos movidos por terceiros contra a Companhia decorrentes de demandas relacionadas a danos materiais e morais, desapropriações, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços da Companhia e à cobrança de serviços etc.
- (b) As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, adicional noturno, intervalo intra-jornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas.

16 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR DE LONGO PRAZO

	31/12/2011	31/12/2010
IRPJ (a)	44.386	42.297
Salário-educação parcelado	374	1.414
INSS parcelado	1.887	1.271
CSLL parcelada	55	202
Total	46.702	45.184

- (a) Em sentença de 18 de dezembro de 1997, revista e mantida pela Justiça Federal em 16 de janeiro de 1998, foi concedido à Companhia o benefício da Antecipação de Tutela para eximir-se do pagamento do Imposto de Renda derivado do lucro inflacionário, realizado anualmente a partir do ano-calendário de 1995. Como consequência, a Companhia deixou de recolher o referido imposto a partir daquele exercício, mantendo o valor apurado de aproximadamente R\$ 36.516 (em 2011 – R\$ 44.386) registrado na conta de impostos e contribuições a recolher, no passivo exigível a longo prazo. A atualização do mesmo é realizada pela taxa Selic.

17 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia patrocina plano de pensão para seus funcionários, o qual inclui planos de benefício definido e contribuição definida, administrados pela FAECES - Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN, entidade fechada de previdência complementar.

17.1 Plano de Benefício Definido

São planos de benefícios pós-emprego que não sejam planos de contribuição definida. Pelos planos de benefícios definidos a obrigação da entidade empregadora é a de proporcionar os benefícios acordados com os empregados correntes e antigos e o risco atuarial (que os benefícios custem mais do que o esperado) e o risco de investimento recaem, substancialmente, na entidade empregadora. Se a experiência atuarial ou de investimento forem piores que o esperado, a obrigação da entidade empregadora pode ser aumentada.

17.1.1 Plano de Custeio

- Contribuição mensal e jóia dos participantes;
- Contribuição mensal dos patrocinadores;

- Dotação dos patrocinadores, a serem fixadas atuarialmente;
- Receitas de aplicação do patrimônio;
- Doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias, não previstas nos itens precedentes.

17.1.2 Benefícios

Plano instituído em 25.04.1995, cujo regulamento está adaptado aos ditames da Lei Complementar nº 109/01, garantindo o direito aos institutos de portabilidade, benefício proporcional diferido, resgate e autopatrocínio, e prevê a concessão dos seguintes benefícios complementares aos da Previdência Oficial:

- Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- Suplementação da aposentadoria por tempo de serviço, inclusive sob a forma antecipada;
- Suplementação da aposentadoria por idade;
- Suplementação da aposentadoria especial;
- Suplementação de pensão;
- Pecúlio por morte.

a) Salário de Participação

O salário-de-participação (SP) é a base de cálculo das contribuições e benefícios dos participantes e equivalerá à soma dos valores pagos pelo patrocinador a título de ordenado fixo, adicional por tempo de serviço e quinquênio.

b) Salário real de Benefício

O salário-real-de-benefício (SRB) corresponderá a 78% (setenta e oito por cento) da média aritmética simples dos 12 (doze) últimos salários-de-participação anteriores ao mês do início do benefício, excluído o 13º salário, corrigidos para esse mês pela variação do INPC (IBGE).

c) Condições gerais para concessão e manutenção dos benefícios

Para a obtenção de qualquer das suplementações de aposentadoria é indispensável a concessão do benefício básico pela Previdência Oficial, sendo, no caso de aposentadoria programada (tempo de serviço, idade e especial) será exigido ainda o desligamento do quadro de pessoal da patrocinadora.

- Carências (Aposentadoria Programada)
 - Idade mínima: 55 anos, no caso de aposentadoria tempo de serviço, e 53 anos, no caso de aposentadoria especial;
 - Tempo mínimo de empresa: 10 anos (fundadores);
 - Tempo mínimo de plano: 15 anos (não fundadores).
- Carência (Aposentadoria por invalidez)
 - Tempo mínimo de plano: 2 anos, exceto nos casos de invalidez involuntária.

• Da Suplementação de Aposentadoria

A suplementação de aposentadoria corresponderá ao maior valor entre a diferença do SRB e o benefício concedido pela previdência oficial e 15% do SRB.

• Da Suplementação de Pensão

- por morte em atividade: 75% da suplementação de aposentadoria por invalidez que o participante teria direito na data da sua morte.
- por morte na aposentadoria: 75% da suplementação da aposentadoria que o assistido recebia por ocasião do seu falecimento.

• Do Pecúlio por morte

Benefício de pagamento único devido em caso de morte do participante ativo ou assistido, de valor correspondente a 5 (cinco) vezes o valor da suplementação de aposentadoria que ele percebia ou que perceberia caso se invalidasse na data do óbito.

• Do Reajuste

As suplementações serão reajustadas no mês de maio de cada ano pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo IBGE, no período compreendido entre maio do ano anterior ao de competência do reajuste e abril do ano de competência do reajuste.

17.2 Plano de Contribuição Definida

São planos de benefícios pós-emprego pelos quais uma entidade empregadora/patrocinadora paga contribuições fixadas a uma entidade separada (fundo) e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar todos os benefícios dos empregados relativos ao serviço dos empregados no período corrente e em períodos anteriores; ou seja, a obrigação legal ou construtiva da entidade empregadora/patrocinadora é limitada à quantia que ela aceita contribuir para o fundo; em consequência, o risco atuarial (que os benefícios serão inferiores aos esperados) e o risco de investimento (que os ativos investidos serão insuficientes para satisfazer os benefícios esperados) recaem sobre o empregado.

17.2.1 Plano de Custeio

- Rendimentos das aplicações do patrimônio;
- Outras fontes de receitas legalmente permitidas;
- Recursos portados de outras Entidades de Previdência Complementar;
- Contribuições mensais dos participantes, assim estabelecidas no regulamento:
 - Contribuição Básica de Participante, de caráter opcional, corresponde ao resultado da aplicação sobre o Salário de Participação de um percentual escolhido pelo Participante, respeitando-se o mínimo de 1% (um por cento), efetuada no máximo 12 (doze) vezes por ano;
 - Contribuições Adicionais, de caráter voluntário, efetuadas a qualquer época, sendo seus valores livremente escolhidos pelo Participante, observadas as disposições legais;

- Contribuições de Benefícios de Risco de Participante, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, destinadas a custear, paritariamente com o Patrocinador, os Benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte e Pecúlio;

- Contribuições Administrativas de Participante, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, são destinadas a custear, paritariamente com o Patrocinador, as Despesas Administrativas, observados os limites estabelecidos pela legislação pertinente;

- Contribuição de Participante em Benefício Proporcional Diferido, de caráter opcional, que consiste em aporte de contribuições do Participante que tenha optado pelo Benefício Proporcional Diferido.

- Contribuições mensais dos patrocinadores, assim estabelecidas no regulamento:

- Contribuição Normal de Patrocinador, igual à Contribuição Básica de Participante, limitada a 7% (sete por cento) do Salário de Participação, efetuada no máximo 12 (doze) vezes por ano;

- Contribuições de Benefícios de Risco de Patrocinador, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, destinadas a custear, paritariamente com o Participante, os Benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte e Pecúlio;

- Contribuições Administrativas de Patrocinador, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, são destinadas a custear, paritariamente com o Participante, as Despesas Administrativas, observados os limites estabelecidos pela legislação pertinente.

A contribuição Normal de Patrocinador, relativa a cada Participante, cessará automaticamente na primeira das seguintes ocorrências:

- Termino do vínculo por qualquer razão;
- Quando o Participante for elegível ao Benefício de Aposentadoria Normal;
- Em caso de concessão de Benefício assegurado por este Regulamento.

17.2.2 Benefícios

Plano instituído em 01.02.2006, cujo regulamento prevê a concessão dos seguintes benefícios:

- Renda de Aposentadoria por invalidez;
- Renda de Aposentadoria Normal;
- Renda de Aposentadoria Antecipada;
- Complementação de pensão por morte;
- Pecúlio por morte;
- Abono Anual.

O regulamento garante ainda o direito aos institutos de portabilidade, benefício proporcional diferido, resgate. Além disso, permite o pagamento em parcela única de até 25% do Saldo de Conta Aplicável.

a) Salário-de-Participação

O salário-de-participação (SP) é a base de cálculo das contribuições dos participantes e equivalerá à soma das rubricas fixas relativas à remuneração do Participante, pagas mensalmente e em caráter habitual pelo Patrocinador, excluindo-se as parcelas pagas com a periodicidade não-mensal, tais como: 13º salário, horas extras, gratificações, participação em resultados, bônus, abono e adicional de férias.

b) Salário Real de Benefício

O Salário Real de Benefício (SRB) é o valor correspondente à média aritmética simples dos 12 (doze) últimos Salários de Participação, atualizados monetariamente pelo INPC, até o mês da concessão do benefício, e será aplicado no cálculo da renda vitalícia de invalidez.

c) Unidade Mínima FAECES

Valor correspondente a R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais) em 1º/06/2005, reajustado anualmente, no mês de maio, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, da Fundação IBGE.

d) Condições Gerais para Concessão e manutenção dos Benefícios

- Carências (Aposentadoria Programada): a complementação de aposentadoria será concedida ao participante que a requerer, desde que:
 - Tenha completado 10 anos de contribuição para o Plano;
 - Comprove a cessação do vínculo empregatício com o patrocinador;
 - Tenha atingido a idade mínima:
- Aposentadoria Normal: 55 (cinquenta e cinco) anos de idade;
- Aposentadoria Antecipada: 50 (cinquenta) anos de idade
- Carência (Aposentadoria por invalidez)
 - Tempo mínimo de plano: 2 anos, exceto nos casos de invalidez involuntária.
 - Concessão do respectivo benefício básico pela Previdência Oficial.

• Da Renda de Aposentadoria Normal e Antecipada

O valor inicial do benefício de aposentadoria normal ou antecipada será obtido a partir da conversão atuarial em renda vitalícia do Saldo de Conta Aplicável na data do requerimento, conforme as regras estabelecidas no Regulamento.

• Da Renda de Aposentadoria por Invalidez

O valor inicial do benefício de aposentadoria por invalidez corresponderá ao maior valor entre:

- o resultado da conversão atuarial do Saldo de Conta Aplicável na data do requerimento em renda mensal vitalícia;
- a diferença de 60% do salário-real-de-benefício e 10 (dez) Unidades Mínimas FAECES; e
- 10% do salário-real-de-benefício.

• Da Renda de Pensão por morte em atividade

O valor inicial do benefício de Pensão por morte em atividade corresponderá ao maior valor entre:

- o resultado da conversão atuarial do Saldo de Conta Aplicável no mês de falecimento do participante em renda mensal vitalícia;
- a diferença de 60% do salário-real-de-benefício e 10 (dez) Unidades Mínimas FAECES; e
- 10% do salário-real-de-benefício.

• Da Renda de Pensão por morte na aposentadoria

- no caso de falecimento de Assistido em gozo do Benefício de Aposentadoria Normal ou de Aposentadoria Antecipada, o valor mensal do Benefício de Pensão por morte após a aposentadoria será igual a um percentual do valor do benefício que o assistido percebia da FAECES, variável entre 60% e 100%, de acordo com a opção feita pelo do participante falecido na data da sua aposentadoria;
- no caso de falecimento de Assistido em gozo do Benefício de Aposentadoria por Invalidez que tenha Beneficiário, o valor mensal do Benefício de Pensão por Morte após Aposentadoria será igual a 100% (cem por cento) do valor do Benefício que o Assistido percebia da FAECES.

• Do Pecúlio por morte

Benefício de pagamento único devido em caso de morte do participante ativo ou assistido, de valor correspondente a 5 (cinco) vezes o valor da renda de aposentadoria que ele percebia ou que perceberia caso se invalidasse na data do óbito.

• Do Reajuste

As suplementações serão reajustadas no mês de maio de cada ano pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo IBGE, no período compreendido entre maio do ano anterior ao de competência do reajuste e abril do ano de competência do reajuste.

17.3 Confissão de Dívida

A Companhia assinou contrato de confissão de dívida, obrigando-se ao pagamento em 17 (dezesete) anos, contados a partir de janeiro de 2001, do valor referente ao tempo de serviço dos seus empregados, transcorrido anteriormente à criação da FAECES. Tal contrato foi averbado como tempo de contribuição efetiva, em conformidade com o que dispõe a Deliberação nº 1.812/94 aprovada pelo Conselho de Administração da CESAN em sua 514ª Reunião.

Em 17 de janeiro de 2008 foi assinado termo aditivo ao contrato de confissão de dívida com pacto adeto de caução entre a CESAN e a FAECES, no qual é confessada a dívida de R\$ 51.394 que deverá ser paga em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas a partir de janeiro de 2008, vencendo a última em 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente ao valor da parcela a amortizar, a CESAN obriga-se a pagar mensalmente, sobre o saldo devedor, uma taxa de juros de 6% (seis por cento) ao ano, acrescida do INPC-IBGE do mês anterior ao mês de competência de cada parcela.

17.4 Premissas Utilizadas para o Cálculo do Passivo e das Projeções

As premissas atuariais representam o conjunto de variáveis ou hipóteses admitidas nas avaliações anuais para projeção dos compromissos com benefícios definidos. Os itens seguintes registram as principais hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial, classificadas em quatro categorias: econômicas, biométricas, demográficas e outras.

17.4.1 Hipóteses Econômicas e Financeiras

17.4.1.1 Indicadores

- Indexador Econômico: INPC;
- Retorno dos Investimentos: Indexador Econômico + 6% a.a.;
- Inflação futura estimada para cálculo das perdas e ganhos: 5,0% a.a.;
- Taxa para desconto a valor presente: Inflação + 6% a.a.;
- Crescimento real anual de salários: nulo;
- Crescimento real dos Benefícios do Plano: nulo;

17.4.1.2 Fator de Capacidade

O fator de capacidade reflete o impacto da deterioração pela inflação de valores monetários entre duas datas-base de reajuste.

- Capacidade Salarial: Não adotado.
- Capacidade do benefício: Não adotado

17.4.2 Hipóteses Biométricas e Demográficas

17.4.2.1 Biométrica (Ativos, Aposentados e Pensionistas)

- Mortalidade Geral: AT 83 (segregada por sexo);
- Entrada em Invalidez: LIGHT (média);
- Mortalidade de Inválidos: IAPB 55 Forte.

17.4.2.2 Demográfica (Ativos)

- Rotatividade: 0,0%;
- Geração Futura: Não adotada. Os compromissos dos novos ingressantes são apurados somente após sua efetiva adesão ao plano.

17.4.3 Outras Hipóteses

- Entrada em Aposentadoria: 100% dos Participantes Ativos se aposentaram quando se habilitaram ao benefício regulamentar;
- Composição familiar do participante: considera-se que 95% são casados, a esposa é 4 (quatro) anos mais jovem, com dois filhos dependentes cuja maioridade será alcançada quando ele atingir 55 (cinquenta e cinco) anos;

c) Composição familiar do participante aposentado e do pensionista: adotado a composição familiar real.

17.5 Política Contábil Adotada pela CESAN no Reconhecimento dos Ganhos e Perdas Atuariais

A CESAN adota como procedimento, conforme os itens 92 e 93 do CPC 33, para o valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais como receita ou despesa se o valor líquido acumulado dos ganhos e das perdas atuariais não reconhecidos no final do exercício anterior exceder o maior valor entre:

- 10% do valor presente da obrigação de benefício definido nessa data (antes da dedução dos ativos do plano); e
- 10% do valor justo de quaisquer ativos do plano nessa data.

A parcela dos ganhos e perdas atuariais do plano será reconhecida, conforme definido acima, dividido pelo tempo médio remanescente de vida laborativa dos empregados participantes do plano.

Com base em parecer de atuário independente, seguem as informações requeridas de acordo com o CPC 33.

Metodologia para o Reconhecimento de Ganhos/Perdas pelo Método do Corredor.

Plano de Benefício Definido Exercício fiscal findo em	Plano de Aposentadoria	
	31/12/2011	31/12/2010
a. Reconciliação do valor das obrigações atuariais		
Valor das obrigações no início do ano	219.500	197.259
Custo do serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante)	2.298	2.296
Juros sobre a obrigação atuarial	24.191	20.199
(Ganho)/perda atuarial	14.038	10.357
Contribuições de patrocinadoras		
Benefícios pagos no ano	(12.018)	(10.611)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	248.009	219.500
b. Reconciliação do valor justo dos ativos		
Valor justo dos ativos no início do ano	174.238	155.624
Rendimento esperado no ano	19.243	17.933
Ganho/(perda) atuarial nos ativos do plano	(4.651)	6.639
Contribuições de patrocinadoras (não inclui benefícios pagos diretamente pelas patrocinadoras)	14.260	4.453
Benefícios pagos pelo plano/empresa	(12.018)	(10.611)
Valor justo dos ativos no final do ano	191.072	174.238
c. Conciliação dos valores reconhecidos no balanço (parcial ou totalmente cobertos)		
Valores reconhecidos no demonstrativo de resultados do exercício	(191.072)	(174.238)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura		
Valor justo dos ativos do plano	191.072	174.238
Valor presente das obrigações atuariais sem cobertura (planos sem ativos financeiros)	(56.937)	(45.262)
Ganho/(perda) atuarial não reconhecido	22.407	3.718
Passivo/(ativo) líquido	(34.530)	(41.544)
d. Componentes da despesa/(receita) do plano		
Valores reconhecidos no demonstrativo de resultados do exercício	(2.690)	(2.653)
Custo do serviço corrente (com juros, líquido da contribuição do participante)	2.298	2.296
Juros sobre as obrigações atuariais	24.191	20.199
Rendimento esperado dos ativos do plano	(19.243)	(17.933)
Total da despesa/(receita) a ser reconhecida	4.556	1.909
e. Principais hipóteses atuariais		
Taxa de desconto nominal		11,300%
Taxa de aumento nominal do salário		5,00%
Taxa estimada de inflação no longo prazo		5,00%
Taxa de aumento nominal do benefício		5,00%
Hipóteses usadas para determinar a despesa/(receita) a ser reconhecida		
Taxa de desconto nominal		11,300%
Taxa de rendimento nominal esperado dos ativos do plano		11,300%
Taxa de aumento nominal do salário		5,00%
Taxa estimada de inflação ao longo prazo		5,00%
Taxa de aumento nominal do benefício		5,00%
f. Histórico de ganhos e perdas observados		
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(191.072)	(174.238)
Valor justo dos ativos do plano	191.072	174.238
Diferença entre o rendimento esperado e o rendimento efetivo dos ativos do plano		
Valor	4.651	(6.639)
Percentual dos ativos do plano	2%	4%
(Ganhos)/perdas observados nas obrigações atuariais		
Valor	14.038	10.357
Percentual dos ativos do plano	7%	6%
g. Resumo dos dados cadastrais		
Data das estatísticas	31/12/2011	31/12/2010
Participantes Ativos		
Quantitativo	604	645
Salário médio	4.099	3.809
Idade média	51	51
Tempo médio de serviço	27	26
Aposentados		
Quantitativo	655	624
Benefício médio	1.354	1.248
Idade Média	64	64
Pensionistas		
Quantitativo	125	117
Benefício médio	487	478
Idade Média	61	65

Componentes da Despesa/(Receita) do Plano Projetada para 2012

a. Componentes da despesa/(receita) do plano projetada para 2012

Custo do serviço corrente bruto (com juros)	2.281
Juros sobre obrigação atuarial	27.331
Rendimento esperado dos ativos	(21.721)
Total da despesa/(receita) a ser reconhecida	7.891

b. Hipóteses usadas para determinar a despesa/(receita) do plano

Taxa de desconto nominal	11,300%
Taxa de rendimento nominal esperado dos ativos do plano	11,300%
Taxa de aumento nominal do salário	5,00%
Taxa estimada de inflação a longo prazo	5,00%
Taxa de aumento nominal do benefício	5,00%

Na qualidade de patrocinadora, a CESAN contribui com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes da FAECES de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios, sendo o percentual máximo de contribuição da Companhia limitado a 3,81% da folha de salários dos colaboradores. No exercício de 2011, a CESAN contribuiu com R\$ 3.151 (R\$ 2.940 em 2010).

O quadro abaixo demonstra a posição da parcela amortizante relativa ao compromisso da CESAN junto à FAECES.

	31/12/2011	31/12/2010
Passivo Circulante	4.606	6.116
Passivo não Circulante	26.864	30.728
Total	31.470	36.844

18 CRÉDITOS DE ACIONISTAS

	31/12/2011	31/12/2010
Créditos monetários de acionistas	34.643	65.000
Créditos do projeto Águas Limpas	226.142	211.149
Total	260.785	276.149

Em 2005 iniciaram-se as obras do Projeto Águas Limpas com recursos próprios da CESAN e, em contrapartida, do Governo do Estado. O saldo registrado na rubrica de créditos de acionistas refere-se à contrapartida do Governo do Estado no referido projeto.

O Governo do Estado vem financiando o projeto, cujas obras serão incorporadas posteriormente ao patrimônio da CESAN, revertendo em aumento de capital do acionista Governo do Estado.

19 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos a pagar, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber à vista e a curto prazo, que resultam diretamente de suas operações. A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

(i) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar e depósitos.

Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

Sensibilidade a taxa de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros nessa porção de empréstimos a pagar. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro da Companhia antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos a pagar sujeito a taxas variáveis, como descrito a seguir:

	Aumento/redução em pontos base	Efeito no lucro antes da tributação
31/12/2011		
R\$	+ 0,5%	1.119
R\$	- 0,5%	1.119
31/12/2010		
R\$	+ 0,5%	951
R\$	- 0,5%	951

A movimentação presumida em pontos base para a análise de sensibilidade a taxa de juros nas taxas atualmente praticada no ambiente de mercado, não demonstrando que possam impactar o resultado da Companhia.

Risco cambial

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, consequentemente, as

despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de "hedge" ou "swap" para se proteger desse risco.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A Companhia deve, por força da lei, aplicar seu caixa excedente junto a instituições financeiras controladas pelo Governo do Estado. Os riscos de crédito são atenuados pela venda a uma base de clientes geograficamente dispersa.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para eventuais perdas na sua realização.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente.

(iii) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras dos governos estaduais e federais, e financiamentos nos mercados internacionais e locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais. Os financiamentos em moeda estrangeira destinam-se a obras de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. A CESAN não realizou operações de proteção cambial para esses financiamentos.

b. Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

20 PARTES RELACIONADAS

20.1 Governo do Estado

A Companhia é controlada diretamente pelo Governo do Estado com 77,07% das ações e de forma indireta através da Agência de Desenvolvimento em Redes do Estado do Espírito Santo com 22,24% de ações, totalizando 99,31% das suas ações. Os 0,69% remanescentes das ações são detidos por acionistas não controladores.

Além do saldo decorrente dos investimentos realizados pelo Governo do Estado no Projeto Águas Limpas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 18, as demais transações com partes relacionadas são decorrentes do fornecimento de água e dos serviços de esgotamento sanitário para os órgãos ligados à Administração Pública do Estado.

O detalhamento do saldo de contas a receber de órgãos públicos e os valores faturados no exercício de 2011 estão demonstrados nas notas 5.1 e 22.1 respectivamente.

20.2 Remuneração dos Empregados e Administradores

De acordo com o que estabelece o artigo 3º do Decreto nº 95.524 de 21 de dezembro de 1977, foram computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos às seguintes remunerações mensais (base - dezembro de 2011) pagas aos empregados e administradores:

	31/12/2011	31/12/2010
Maior remuneração - em reais	24.029	14.617
Menor remuneração - em reais	967	738

Na apuração da maior remuneração foram incorporados a gratificação de diretor, adicional de representação e jelon por participação no Conselho de Administração.

A partir de 01/05/2011 foi estabelecido pelo acordo coletivo que o piso salarial dos empregados da CESAN passou a ser de R\$ 967,32.

20.3 Operações com pessoal-chave da Administração

Os diretores que pertencem ao quadro de empregados possuem os mesmos benefícios dos demais empregados da CESAN.

Os demais diretores que são comissionados recebem, além da remuneração mensal, assistência médica e odontológica, vale-alimentação, licença remunerada de até 30 dias a cada 12 meses, recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, parcela honorária natalina e participação nos resultados nos mesmos critérios dos empregados.

Para os ocupantes de cargo em comissão, conforme determina a Resolução nº 3467/2009, são as seguintes as gratificações por desempenho das funções:

Funções	Valores (31/12/2011)
Assessor / Gerente / Auditor	2.068
Chefe de Divisão	1.582
Chefe de escritório	1.034
Chefe de pólo	827
Secretárias	416

Durante o exercício de 2011, foram pagos honorários aos Diretores no valor de R\$ 645, gratificação especial de Diretor de R\$ 136 e função comissionada aos Gerentes R\$ 1.903.

21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1 Capital Social

O capital social, em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 1.027.087, representado por 1.027.087.218 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Acionistas	Quantidade de ações	%
Governo do Estado do Espírito Santo	791.591.199	77,07
Agência de Desenvolvimento em Redes do Espírito Santo	228.451.474	22,24
Demais acionistas não controladores	7.044.545	0,69
	1.027.087.218	100,00

21.2 Reserva Legal

A reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6404/76 e artigo 30, letra "a" do Estatuto Social da Companhia.

21.3 Aumento de capital

Em 12 de abril de 2011, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos acionistas, foi decidido aumentar o capital da companhia, conforme decisão descrita em ATA. O recursos foram provenientes de:

Crédito de Acionistas	65.000
Juros sob o Capital Próprio	30.732
Incorporação Obras Proj. Águas Limpas	50.444
Total	146.176

21.4 Dividendos

Os juros a pagar a acionistas, calculados nos termos da Lei nº 9.249/95, foram registrados no resultado do exercício, na rubrica "despesas financeiras", conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações financeiras, os juros sobre capital próprio estão apresentados a débito de lucros acumulados.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei e de seu Estatuto Social, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995 e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente ao acionista e como remuneração do capital próprio.

Para atender a essa disposição estatutária, a administração entende que os juros sobre capital próprio propostos cobrem o montante requerido, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2011	31/12/2010
Lucro líquido do exercício	32.410	62.412
Reserva legal (5%)	(1.620)	(3.120)
Realização da reserva de reavaliação	4.642	4.239
Base de cálculo dos dividendos	35.432	63.531
Dividendos (25%)	8.858	15.883
Juros sobre capital próprio	19.000	30.900
Imposto de renda retido na fonte	(13)	(25)
Valor líquido para distribuição	18.987	30.875

21.5 Reserva para Investimentos

De acordo com o Estatuto da Companhia, aprovado em 24 de abril de 2005, em seu artigo 30, parágrafo 1º, letra "c", o lucro do exercício poderá ser destinado à constituição de reservas especiais a serem estabelecidas pela Assembleia Geral.

A Administração da Companhia destinou o montante de R\$ 16.432 em 31 de dezembro de 2011 para constituição de Reserva para Investimentos, para a execução de planos de investimentos no pressuposto de aprovação em Assembleia Geral.

A reserva para investimentos constituída no exercício de 2010, no montante de R\$ 32.631, foi destinada ao aumento do capital social da Companhia conforme assembleia ordinária de acionistas, realizada em abril de 2011.

21.6 Participação dos Empregados nos Lucros da Companhia

A Administração da Companhia, em consonância com o Estatuto Social, artigo 30, letra "d" do Estatuto Social da CESAN, distribui a seus empregados um percentual do lucro líquido do exercício, como participação dos empregados nos lucros da Companhia, intitulado GER – Gestão Empresarial por Resultados. O GER consiste num programa interno de avaliação de desempenho baseado na Lei nº 10.101/2000 e aprovado pela Deliberação nº 3210/2006, que gera base para o valor da remuneração dos empregados. Em 2011, a base foi de dois salários-base, respeitada a lotação e proporcionalidade mensal para os empregados admitidos e desligados no exercício de 2011.

A Companhia destinou, do resultado apurado em 31 de dezembro de 2011, o montante de R\$ 7.940 (R\$ 4.283 em 2010) para fazer face a esse compromisso.

22 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Número de ligações*		Valores	
	2011	2010	2011	2010
Fornecimento de água				
Residencial	496.072	489.235	256.146	240.934
Comercial	26.959	22.900	50.418	44.859
Industrial	1.281	1.266	51.565	47.677
Órgãos públicos	4.179	7.491	27.572	27.359
Outras receitas do fornecimento de água	—	—	4.410	5.604
	528.491	520.892	392.110	366.433

Serviços de esgotamento sanitário				
Residencial	124.123	120.173	59.630	53.190
Comercial	8.501	7.296	9.960	8.524
Industrial	497	485	1.742	1.380
Órgãos públicos	1.049	1.799	3.484	3.101
Outras receitas dos serviços de esgoto	—	—	81	87
	134.170	129.753	74.897	66.282

(-) Deduções da receita

PASEP	(4.555)	(4.398)
COFINS	(20.980)	(20.222)
	(25.535)	(24.619)
Total	441.472	408.096

* Informação não auditada pelos auditores independentes

22.1 Faturamento com Partes Relacionadas

Os valores faturados relativos a partes relacionadas, conforme letra "p", do nota 3, estão assim demonstrados:

Cliente	31/12/2011	31/12/2010
Sedu	3.030	2.826
Junta Comercial do ES Jucees	8	8
Secr. de Segurança Pública	29	280
Polícia Civil Delegacias Distritos	420	682
Detran do Espírito Santo	91	101
Hospital da Polícia Militar	605	471
Polícia Militar do Estado do Esp. Santo	364	382
Secr. de Estado da Saúde	1.424	1.405
Inst. de Defesa Agrop. e Florestal do ES	23	25
Secr. Estadual da Justiça	3.598	2.135
Inst. Atend. Socio Educativo ES	457	440
Secr. Estadual de Planejamento e Orçamento	34	45
Departamento Imprensa Oficial	49	43
Arquivo Público Estadual	11	3
Secr. Estadual da Fazenda	132	42
Secr. Estadual da Cultura	39	37
Seastdh	22	8
Depto. Estradas de Rodagem	42	44
Secr. Estadual do Governo	89	112
Assembleia Legislativa Vitória	101	85
Sup. Est. de Comunicação Social	10	8
Ipajm	18	9
Tribunal de Contas do Estado	57	68
Rádio e TV Espírito Santo	2	2
Polícia Militar - Corpo de Bombeiros	99	84
Tribunal de Justiça	417	332
Ministério Pub. do Estado ES	74	62
Iema Instt. Est. Meio Ambiente e Recursos Hídricos	37	28
Secr. Estadual de Esportes e Lazer	112	60
Secr. Estadual da Agricultura	260	230
Sec. Estadual de Turismo	3	2
Procuradoria Geral do ES PGE	—	—
Sub. Secret. de Inovação e Gestão	2	8
Total	11.659	10.057

23 RESULTADO FINANCEIRO

As receitas e despesas financeiras estão demonstradas como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Receitas de juros e acréscimos	6.962	6.248
Receitas Financ. de ganho com aplicações	2.651	1.559
Outras receitas Financ.	395	934
Resultado de variação cambial ativa	349	1.072
	10.357	9.813
Despesas c/ juros e demais encargos de financiamentos	(13.579)	(21.593)
Resultado de variação cambial passiva	(1.437)	(684)
Taxas de serviços e demais tributos fiscais	(13.673)	(4.924)
	(28.689)	(27.201)
	(18.332)	(17.388)

24 DESPESAS COMERCIAIS

As despesas comerciais estão demonstradas como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Despesas gerais e administrativas da unidade	(24.204)	(24.691)
Perdas no recebimento de tarifas	(33.523)	(33.343)
Reversão de perdas	5.813	6.583
	(51.914)	(51.451)

25 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2011	31/12/2010
Despesas com pessoal.....	(47.301)	(35.259)
Despesas com materiais.....	(1.491)	(1.823)
Despesas com serv. de terceiros.....	(28.406)	(21.414)
Outras despesas.....	(18.782)	(772)
	(95.980)	(59.268)

26 CONCILIAÇÃO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (aliquota de 25%) e da Contribuição Social (aliquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	2011	2010
Resultado antes do JSCP e Participações dos empregados.....	51.179	71.773
Juros sobre Capital Próprio.....	(19.000)	(30.900)
Participação de empregados.....	(7.940)	(4.283)
Resultado antes dos impostos.....	24.239	36.590
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Nominal.....	(8.241)	(12.440)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
• Prejuízos fiscais.....	3.542	3.675
• Regime Tributário transitório - RTT.....	(5.752)	6.384
• Contribuições a FAECES.....	-	1.537
• Outros.....	(377)	(4.234)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa efetiva.....	(10.828)	(5.078)
Aliquota Efetiva.....	44,67%	13,88%

27 COMPROMETIMENTO DE CAPITAL

A Companhia assinou contratos para construção de novos empreendimentos em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Listamos a seguir

os principais contratos com empreiteiros e fornecedores em aberto em 31 de dezembro de 2011:

Contratado	Valor	Data da Assinatura	Prazo em dias (1)
Contractor Engenharia Ltda.....	33.691	09/10/2008	1.260
Consórcio Enger- Etep.....	15.851	05/05/2010	720
Estudos Técnicos e Projetos Etep LT.....	5.289	24/06/2010	720
Trix Engenharia Civil Ltda.....	23.747	06/08/2010	720
Construtora Rodoviária União Ltda.....	5.137	17/08/2010	540
Ser Sistemas Energéticos Renováveis.....	4.736	07/12/2010	360
Solidus Serviços e Construções.....	7.870	18/07/2010	540
Amaki Comercial e Construtora.....	4.724	24/08/2010	540
Solidus Serviços e Construções.....	8.267	16/12/2011	540

(1) Contados a partir da data fixada na primeira ordem de serviço

Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN

Neivaldo Bragato
Diretor-presidente

Sandra Sily
Diretora de Operação Metropolitana

Carlos Fernando Martinelli
Diretor de Operação do Interior

Anselmo Tozi
Diretor de Meio Ambiente

Antonina Sily Vargas Zardo
Diretora de Relações com o Cliente

Edmar José Zorzal
Gerente Financeiro e Contábil

Reginaldo José de Castro
Contador CRC 11.475 O/ES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas da
Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN
Vitória - ES

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos

selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, como informação suplementar, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaborada sob a responsabilidade da

Administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida à Companhia pela legislação societária brasileira. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados (Incorporada em 2 de dezembro pela KPMG Auditores Independentes). A BDO Auditores Independentes auditou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatório datado em 25 de fevereiro de 2011 que contém parágrafo de ênfase sobre o mesmo assunto mencionado no parágrafo anterior.

Belo Horizonte, 19 de abril de 2012

KPMG Auditores Independentes

CRC SP - 014428/O-6 "S" ES

Antônio de Pádua Soares Pelicarpio

Contador CRC MG - 027739/O-3 "S" ES

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, tendo examinado o Balanço Patrimonial da CESAN, e com base no parecer da Auditoria Externa - KPMG Auditores Independentes, cujo ativo e passivo importam em R\$ 1.979.526.145,27 (Um bilhão novecentos e setenta e nove milhões quinhentos e vinte e seis mil cento e quarenta e cinco reais e vinte e sete centavos), as respectivas Demonstrações de Resultado, as Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, inclusive as Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 manifestaram-se favoráveis, recomendando neste sentido, a sua aprovação integral pela Assembleia Geral Ordinária.

Vitória, 24 de abril de 2012.

André Rosetti Bresciani
Conselheiro

Miguel dos Santos Costa
Conselheiro

Sérgio da Cunha Rodrigues
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO DE 2011

Os membros do Conselho de Administração da Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, em reunião realizada nesta data, procederam ao exame do Balanço Patrimonial e respectivas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, cujo Ativo/Passivo soma o montante de R\$ 1.979.526.145,27 (Um bilhão novecentos e setenta e nove milhões quinhentos e vinte e seis mil cento e quarenta e cinco reais e vinte e sete centavos), aprovaram e opinaram pela sua aprovação, com base no Parecer da Auditoria Externa Independente.

Vitória, 24 de Abril de 2012.

Iranilson Casado Pontes
Presidente do C.A.
Elizabeth Maria Dalcolmo Simão
Conselheira

Neivaldo Bragato
Conselheiro
José Alves Paiva
Conselheiro

Aladim Fernando Cerqueira
Conselheiro
Adailson Freire da Costa
Conselheiro